

**.UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

MARCELO FERREIRA ANTUNES

IMAGEM POLÍTICA E COMUNICAÇÃO

**Bauru
2011**

MARCELO FERREIRA ANTUNES

IMAGEM POLÍTICA E COMUNICAÇÃO

Projeto Experimental desenvolvido pelo aluno Marcelo Ferreira Antunes, sob orientação da Prof. Dr. Maria Cristina Gobbi e apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Bauru, atendendo à Resolução 002/84, do Conselho Federal de Educação, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social : Relações Públicas.

**Bauru
2011**

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Cristina Gobbi
Departamento de Comunicação Social
FAAC/UNESP
Orientadora

--

Prof. Assistente Edilson Marques da
Silva Miranda
Departamento de Comunicação Social
FAAC/UNESP

Aline Meneguini
Bacharel em Comunicação Social -
Relações Públicas pela FAAC/Bauru
Mestranda em Comunicação
Midiática
Departamento de Comunicação
social
FAAC/UNESP

Dedicatória

Dedico o presente trabalho à minha família: meu pai (Geraldo Antônio Antunes), minha mãe (Neusa Maria Ferreira) e meu irmão Eduardo Ferreira Antunes por serem a sobriedade à qual recorro quando frágil e os amigos com quem compartilho minhas alegrias.

À minha amorosa mãe: pelo carinho e força que - apesar das constantes óbices – mantêm-se suficientemente grandes para amparar àqueles que estão à sua volta por meio de sua benevolente sabedoria. Obrigado pelo exemplo de cumplicidade, amor, amizade, força e sanidade.

Ao meu sempre presente pai: pelo amor incondicional representado pela constante torcida, apoio e preocupação. Um coração vibrante que abdica do prazer como objeto da vida por pensar demais em seus filhos (não que eu concorde...).

Ao meu corajoso irmão: por me ensinar que sonhos valem tanto quanto a magnitude dos vãos que nos permitem alçar.

Aos CB's, meus insubstituíveis amigos e irmãos, sem a influência dos quais eu não seria quem sou.

Aos Frafruzers por terem me ensinado um pouco mais sobre a vida, a ceder para compreender e - é claro – pelos prolíficos anos de crescimento e muita diversão.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço à professora Dalva Aleixo Dias pela atenção e carinho dedicados aos alunos, que abdicou de vaidades humanas por pensar no melhor para seus pupilos.

Também sou imensamente grato à professora Maria Cristina Gobbi por aceitar fazer parte deste projeto.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, pelo suporte e oportunidade.

Agradeço à Bruna Carolina Garcia Nogueira pelo apoio e incentivo à realização deste trabalho.

Agradeço à banca examinadora por ter aceitado meu convite.

Como? Um grande homem? Consigo ver apenas o ator de seu próprio ideal.

O que alguém é começa a se revelar quando seu talento declina – quando ele cessa de mostrar o quanto *pode*. O talento é também um ornamento; um ornamento é também um esconderijo.

Friedrich Nietzsche

Resumo

O presente trabalho apresenta a comunicação como aspecto preponderante na construção da realidade simbolizada pelo indivíduo, sua intrínseca relação com a política e a forma como líderes políticos utilizam-na para a construção de uma imagem positiva que lhes garante credibilidade, filiação dos públicos pretendidos, a assunção e manutenção do poder de representar o corpo coletivo. À luz de teorias sociológicas, antropológicas e discursivas compreende-se a comunicação como um fenômeno social indispensável à construção da democracia enquanto, paradoxalmente, torna-se parte do problema político ao ser utilizada para sobrepor interesses particulares aos interesses coletivos. Ao final é feita a análise do documentário *Entreatos* para demonstrar como a teoria apresentada encontra aplicação em campanhas políticas e sua utilização na promoção do líder político como um produto formatado para ser “consumido” pelo eleitor.

Palavras-chaves: Política, Identidade, Imagem, Carisma Político.

Abstract

This paper presents the communication as a major part in construction of a reality symbolized by the individual, his close relationship with politics and how political leaders use it to build a positive image that gives them credibility, membership of the intended audience, the assumption and maintenance of the power to represent the collective body. In the light of sociological, anthropological and discourse theories, understands communication as a social phenomenon indispensable to building democracy while, paradoxically, becomes part of the political problem when it's used to override individual interests to collective interests. It concludes by examining the documentary *Entreatos* to demonstrate how the theory presented is applicable in political campaigns and their use in promoting the political leader as a formatted product to be "consumed" by the voter.

Key - words: Policy, Identity, Image, Political Charisma.

SUMÁRIO

1. Introdução	09
2. Política e Políticos	12
2.1 O conceito de política	12
2.2 O politico	34
3. Comunicação na Política	39
3.1 Política como ato comunicacional	39
3.2 Cultura, linguagem, identidade e o discurso	40
3.2.1 As culturas nacionais e seu discurso de unificação	42
3.2.2 Identificação dirigida	44
3.3 A esfera pública e os <i>media</i>	53
3.4 O carisma político	55
4. Lula: a construção do carisma e imagem	60
4.1 O documentário <i>Entreatos</i>	60
4.1.1 Comentando alguns trechos	61
4.1.2 Enunciações	63
4.1.3 A equipe de assessoria	66
4.1.4 A cacofonia no debate	68
4.2 A vitória de Lula	68
5. Considerações Finais	69
Referências	72
Anexo	76

1. Introdução

O presente trabalho procurará demonstrar o processo de construção da imagem política, orientada pela vontade de alcançar ou manter o poder representativo. Como os ocupantes do poder, ou aqueles que o pleiteiam, moldam sua imagem e influenciam o julgamento do cidadão a fim de serem aceitos como governantes e legitimarem sua posição de liderança.

Esta idéia surgiu após a visualização do vídeo-documentário *Entreatos*, dirigido por João Moreira Salles, e a conseqüente constatação fílmica da construção de um personagem e sua aura carismática. O interessante é que esse recurso pode – e é – estendido ao Estado e também aplicável às organizações privadas e interferem diretamente na construção simbólica que o indivíduo faz da realidade.

A relevância do tema justifica-se por sua aplicação a todas as interações sociais e, principalmente, por auxiliar na compreensão das técnicas utilizadas pelo Estado e líderes políticos para seduzir os cidadãos. Além de possibilitar uma análise crítica da utilização dos meios de comunicação, permite ao profissional da Comunicação compreender seu papel dentro do jogo político do qual, direta ou indiretamente, participam todos os membros da sociedade, mesmo que não tenham consciência de sua importância individual.

Assim, este trabalho configura-se como um estudo que não tem como limite a atuação e reflexão no campo das Relações Públicas, pois, embora o trabalho de conclusão de curso objetive a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social : Relações Públicas, não tenho a intenção de, neste momento, recortar a atuação deste profissional, mas sim constituir um aprofundamento teórico que, mesmo introdutório, possa oferecer uma compreensão elementar sobre as distintas áreas da Comunicação Social.

Para a consecução deste objetivo será feito o levantamento teórico por meio de material bibliográfico, concretizando o estudo com uma análise do filme *Entreatos*. Desta forma, no processo de construção do trabalho serão enfocados: o cenário político e as circunstâncias que o regulam; a comunicação e sua relação de interdependência com a política; como política e comunicação se misturam na formação da representação simbólica no seio social; o espaço onde ocorre a imbricação destes temas e como tais fenômenos são manipulados para lograr

interesses particulares. Pretende-se constatar a aplicação da teoria por meio da análise do documentário *Entreatos*.

Assim serão abarcadas teorias da ciência política, filosofia, sociologia, antropologia e comunicação para embasar a análise crítica da discussão e desenvolvimento da política, apresentação do cenário onde ocorre a divisão de poderes, sua constituição e justificativa.

Para melhor compreensão do tema estudado o trabalho ficou estruturado em três capítulos: 1) Política e Políticos; 2) Comunicação na política; 3) Lula: a construção do carisma e imagem.

No primeiro capítulo, “Política e Políticos” é feita a apresentação da Política, demonstrando seu significado e a evolução de seus conceitos partindo de Confúcio (2010), perpassando as observações de pensadores como Zenão (2011), Platão (2000) Aristóteles (2003), Maquiavel (2006), Hobbes (1995), Rousseau (NASCIMENTO, 2006), Locke (MELLO, 2006), Tocqueville (QUIRINO, 2006) e Bobbio (1986). Após a análise da política são recortados aspectos que alguns autores julgam necessários ao perfil e atuação do líder político.

Depois de melhor compreendido o cenário político, em meio ao qual ocorrem o embate das vozes sociais parte-se para o segundo capítulo “Comunicação e Política” – para o estudo da comunicação como um fenômeno social que faz parte da constituição da cultura e identidade dos indivíduos e, por isso trata do político. Autores como Clifford Geertz (1978) e Michel Agier (2001) auxiliam na compreensão da relação entre cultura, linguagem e identidade, enquanto a análise das teorias de Stuart Hall (2006), Dutton(1994) e Blanca Ayala (2001) demonstram como esses três aspectos são engendrados para gerar um discurso político favorável ao enunciador na criação de uma realidade imagética desejada.

Por fim, os aspectos políticos e recursos comunicacionais consubstanciam-se no planejamento e execução de uma campanha política como a do então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, apresentada no terceiro capítulo, “Lula: a construção do carisma e imagem”.

Espera-se que o trabalho possa contribuir para compreensão das “regras” do jogo político, tanto em sua estrutura democrática, como na análise dos aspectos da comunicação a serviço da política. Se bem esclarecidos ambos os aspectos, o presente material poderá ser útil tanto ao profissional que trabalhará na construção da imagem e carisma de um líder político como àquele que procura discutir e

redimensionar o papel dos *media* na esfera pública. Lembrando que o caminho a ser escolhido depende da consciência ética de cada profissional.

2. Política e Políticos

Neste primeiro momento, é preciso estabelecer o significado de política, o que representa e qual a evolução de seus conceitos. Traça-se uma trajetória evolutiva da antiguidade ao dias atuais, discutindo e apresentando idéias de autores historicamente consagrados dentro do escopo da teoria política.

O conhecimento da evolução do conceito acerca de “política” é imprescindível para a compreensão da complexidade da atual realidade. A demonstração dos aspectos e princípios do sistema de organização social permitirá uma melhor compreensão das regras do jogo onde ocorre a disputa de interesses e o imbricado contexto no qual se desenrola a vida coletiva.

2.1 O Conceito de Política

O termo “política” deriva do grego “politéia” que indicava todos os procedimentos relativos à *polis* (cidade-estado) e, conseqüentemente, seu significado estava ligado à sociedade, comunidade e coletividade.

Apesar da etimologia, a política existe desde o surgimento de agrupamentos humanos na medida em que sempre existiu hierarquia entre poderes e o exercício de autoridade caracterizada por um recurso que o outro não possui (força, bens materiais, capacidade de manipulação por meio do discurso, etc.) por meio do qual são garantidas algumas vantagens.

Neste sentido Morgan (2007) sugere que o poder trata do exercício de uma habilidade para conseguir que outra pessoa faça alguma coisa que naturalmente não faria. Este recurso pode advir de uma condição atual ou de um processo com fundamentação histórica.

Para a Teoria Política o tema central é a constituição e manutenção do poder, que remete, irremediavelmente, ao tema da organização democrática. Embora já existisse no período antigo a Teocracia como uma estrutura de poder político, esta, ao colocar os governantes como representantes de Deus na Terra estabelecia uma relação de distância entre governantes e governados. E mesmo as teorias de Confúcio (2010), embora avançassem no sentido de exigir virtude dos governantes, defendiam que o ato de governar deveria restringir-se a uma elite e dava ao povo no máximo o direito de segui-lo.

Acompanhando a preocupação de Confúcio com a virtude dos governantes, mas tentando estabelecer uma distância menor entre governantes e governados, surge na Grécia a prática derivada do termo Democracia, que advinha da união das palavras *Demo* que significava povo e *Kratía*, que representava poder, governo ou autoridade, simbolizando então o governo do povo.

No período clássico grego, desde a defesa de Zenão contra a tirania dos governantes, que passou para a vida política a dialética entre situação e oposição, passando pelo sofismo e a retórica, que privilegiavam a capacidade de persuasão do líder, até a idéia de Platão sobre os intelectuais como os únicos homens capazes de governar ou da defesa de Aristóteles do homem como um animal político, a Política era tema de discussão.

Vigente no Período Antigo, na China Imperial, segundo informações do site *Multi-Llingual Web Site of Confucius Publishing* (2010, s-p), o conceito da política em Confúcio (551 a 479 a.C.) parte da ética e moral, cuja consequência é a preocupação com os próprios atos. Esta ação aponta um homem que é ético antes de ser político, pois a ética está voltada para a felicidade do indivíduo - é a consciência da ação e suas consequências interpessoais - enquanto a política preocupa-se com a felicidade coletiva que, por sua vez é impossível sem a felicidade individual, portanto, a ética é imprescindível à política.

Para o pensador Ética e Moral são temas distintos. Enquanto a Ética envolve a consciência dos atos, a Moral constitui-se por conceitos solidificados por meio da tradição. Na medida em que o primeiro envolve a consciência o segundo parte de valores pré-determinados pelo corpo coletivo. A aliança dessas duas disciplinas municia o político confuciano, pois, além de compreender o outro e ter consciência da origem e consequência de seus atos, é preciso agir sobre o amparo da moralidade.

Para ilustrar esse caráter moral é possível citar uma passagem de um dos pupilos de Confúcio, Yu Tzu, que afirma ser a harmonia o valor da execução dos ritos, corroborando as proposições de Confúcio quando este assevera: "Governe com virtude, aplique disciplina com os ritos e haverá um sentido de vergonha e melhoras conscientes." (MULTI-LINGUAL, 2010, web). Os ritos, aos quais se referem, configuravam-se como códigos de conduta e obrigações morais formalizadas durante a Dinastia Chou (1100 – 221 A.C.).

Esta aliança entre a Ética e a Moral, na obra de Confúcio, gera um paradoxo, para ele indispensável ao convívio social. Uma atitude ética independe da moral, pois, ela realiza-se a partir da consciência da ação que compreende: o que levou à circunstância na qual teve lugar a ação, por que a ação foi tomada e qual seu possível desdobramento. Enquanto a ética preocupa-se com essa compreensão da ação, a Moral dita uma norma, direciona o indivíduo à uma ação previsível e aconselhável segundo uma tradição. Logo, se a vida coletiva deve ser guiada pela moral, cabe ao líder seguir os ritos e servir de exemplo ao seu povo.

No período Clássico Grego, Zenão (cerca de 490 a 430 a.C.) , filósofo pré-socrático, precursor da dialética, negava predicados que se opunham, portanto, no campo da política. Ele pregava que o governante não poderia se distanciar do governado simplesmente porque uma circunstância não nega a outra. Governar não significa não ser governado, assim como ser governado não implica em não governar.

Para o teórico o falso não deve ser apresentado como falso por ser oposto do verdadeiro, pois, tudo é uma continuidade e, portanto, dentro da política, o governante não significa o oposto do governado. Assim, afirmava que a tirania era uma contradição e por isso a combatia, pois, para ele se o líder nega o liderado ele exclui a própria circunstância que o gerou.

Com as vitórias gregas contra o império persa a Democracia triunfou na política, pois, neste momento o povo esta confiante e reconhecia sua própria força. Então, para dominar em meio a este ambiente no qual a plebe estava unida, o líder deveria conquistar o povo por meio da persuasão, sendo um mestre da eloquência. Daí a importância dos sofistas, como criadores de instrumentos lógicos de manipulação ao se aprofundarem na arte da retórica.

Dado seu pragmatismo a Sofística defende a satisfação de cada indivíduo em cada momento, dessa forma, a moral - como norma de conduta - é vista não como uma lei racional, mas como um empecilho à satisfação dos desejos do homem. Para esta escola o sucesso do homem no mundo não depende da retidão e justiça, mas sim de sua habilidade.

Atribuí-se ao sofista Protágoras (480 a 410 a.C.) (MADJAROF, 2011, s-p), a célebre fórmula: o homem é a medida de todas as coisas. Se o homem é quem subjetivamente cria a verdade é possível a partir de uma premissa falsa enganar a qualquer um, desde que o discurso seja coerente.

Diferentemente dos sofistas, em Platão (428 a 348 a.C.) (2000), discípulo de Sócrates, o bem e a justiça são valores imanentes à racionalidade, a natureza do homem é racional e na razão ele realiza sua humanidade.

A realidade material é imperfeita, nela alcançamos o conhecimento sensível (mutável e relativo), o verdadeiro conhecimento é o intelectual (imutável e absoluto) e aloja-se numa outra realidade, a das idéias. O corpo é uma prisão e os sentidos são obstáculos ao intelecto, portanto a alma atinge sua plenitude quando abandona o corpo, após a morte.

Dentro da premissa da natureza racional do homem, agir racionalmente é filosofar e filosofar é suprimir os sentidos. Desta forma, a filosofia é o caminho para a sabedoria intelectual, e aloca-se entre o sensível do corpo e a liberdade da alma. Por isso, segundo Platão (2000), os filósofos devem governar, pois eles contemplam as idéias, conhecem a ordem do mundo e a ordem da sociedade humana sendo capazes de orientar racionalmente a sociedade.

Assim, o estado deveria ser dividido em três castas sociais: filósofos, guerreiros e produtores que dentro do estado corresponderiam, respectivamente, às almas racional (residiria na cabeça), irascível (correspondente ao ímpeto e residiria no peito) e concupiscível (relativa ao apetite e residente no abdome) (MADJAROF, 2011, s-p).

Aos guerreiros caberia a defesa do estado de acordo com o estabelecido pelos filósofos, dos quais recebem a educação, enquanto os produtores – artesãos e agricultores -, subalternos das duas classes anteriores, cuidariam da manutenção da economia.

Discípulo de Platão e professor de Alexandre, o Grande, Aristóteles (384 a 322 a.C.) (MADJAROF, 2011), seguindo os conceitos da racionalidade de seu mentor e por meio de um apurado rigor teórico ao partir do fato, elaborou preceitos lógicos que nos permitem considerá-lo o criador da metodologia científica. Tamanho rigor gerou teorias mais concisas e próximas da realidade humana.

Aristóteles (2003) reconhece que, metafisicamente, o universal é anterior ao particular, ao sensível, contudo, psicologicamente, antes existe o particular e o sensível que constituem o nosso primeiro conhecimento. Assim, elabora a teoria da dedução (raciocínio ascendente, da causa para os efeitos - consequência) e, paralelamente e por consequência da doutrina da dedução elabora, logicamente, a teoria da indução. Reconhecendo, assim, que o universal é anterior ao particular,

contudo, os conceitos partem da experiência vivida, portanto, do particular, do qual o universal contido em cada particular é abstraído e “desindividualizado” para atingir o universal.

Consequentemente, reconhece que é impossível uma indução completa, ou seja, a partir dos fenômenos particulares concluir com certeza as leis universais. Os conceitos são tirados da experiência, num segundo momento, pois o primeiro momento é analítico, o contato da mente humana com a evidência (o sensível). Distintamente de Platão (2000), que rejeitava a experiência como fonte do conhecimento certo, Aristóteles (2003), o criador da lógica como ciência, partia do fato sensível para embasar suas aspirações teóricas metafísicas, construindo, assim, uma filosofia mais empírica.

Em sua obra (MADJAROF, 2011, S-P) o pensamento grego consegue logicamente transcender Deus. Definindo-o como um ato puro, o contrário do vir-a-ser e da potência ao ato, aquilo que move sem ser movido. Deus, para este pensador, não depende de nada extrínseco a ele mesmo, é perfeito. A divindade não pode agir e nem é potência de ato, mas sim ato puro, pois, é “feita por completo”, perfeita, logo por ser um ser acabado não muda, não existe movimento em Deus, mas sim um conhecer e pensar sobre si mesmo. Portanto, apesar de ser a ordem, Deus não atua sobre o mundo. Com essa dedução o filósofo (2003) livra a política da intervenção divina.

Para Aristóteles (2003) as virtudes éticas e morais não são puramente racionais, mas também passionais, a razão governa a emoção, mas não a aniquila como o fez a filosofia platônica. A esta moral aristotélica está unido seu conceito acerca da política. Seu conceito de política lembra o de Confúcio, pois, para o grego o estado tem como finalidade a formação moral do indivíduo, contudo, a política é distinta da moral, enquanto esta objetiva o indivíduo, a política objetiva a coletividade, ou seja, embora a política cuide do corpo coletivo ela não deixa de ser responsável pela formação do indivíduo. Enquanto a ética é a doutrina moral individual a política é a doutrina moral social:

O estado, então, é superior ao indivíduo, porquanto a coletividade é superior ao indivíduo, o bem comum superior ao bem particular. Unicamente no estado efetua-se a satisfação de todas as necessidades, pois o homem, sendo naturalmente animal social, político, não pode realizar a sua perfeição sem a sociedade do estado. (MADJAROF, 2011, s-p)

O discípulo de Platão não nega a condição humana ao escravo, mas não exclui a escravidão, pois, para ele o estado é cronologicamente precedido por famílias patriarcais, compostas pelos filhos, esposa, bens e escravos. Para que os bens frutifiquem seriam necessários trabalhos materiais, estes seriam realizados pelos escravos que por sua condição de não-libertos e pela natureza de seu trabalho não teriam acesso à “cultura da alma” e aquele que não possuísse inteligência para comandar deveria ser comandado. Desta feita, julgava que o interesse do senhor era o mesmo do escravo: possuir uma família dentro de uma coletividade prolífica (ARISTÓTELES, 2003). É importante ressaltar que, embora tenha propiciado grandes avanços ao pensamento político grego este filósofo estava inserido num contexto social muito diferente do atual ocidente.

O estado surge pelo fato do homem ser um animal immanentemente social, político. Sua finalidade é promover a felicidade coletiva por meio da educação científica. Priorizando a educação, Aristóteles (2003), assim como Platão (2000), critica o estado que coloca a guerra acima da educação e da virtude, pois, a guerra e o trabalho seriam apenas instrumentos para alcançar a paz e, conseqüentemente, a felicidade. Embora sua teoria não prescindia a escravidão, seu estado não é precipuamente belicoso.

Aristóteles (2003) defende o direito privado e a propriedade particular, pois, o comunismo total seria impraticável uma vez que o Estado não é uma unidade uniforme, mas sim a união de indivíduos distintos, cuja unidade e forma política dependem da circunstância e cultura histórico-social de cada povo.

Quanto à forma exterior do estado, Aristóteles distingue três principais: a *monarquia*, que é o governo de um só, cujo caráter e valor estão na unidade, e cuja degeneração é a tirania; a *aristocracia*, que é o governo de poucos, cujo caráter e valor estão na qualidade, e cuja degeneração é a oligarquia; a *democracia*, que é o governo de muitos, cujo caráter e valor estão na liberdade, e cuja degeneração é a demagogia. As preferências de Aristóteles vão para uma forma de república democrático-intelectual, a forma de governo clássica da Grécia, particularmente de Atenas. No entanto, com o seu profundo realismo, reconhece Aristóteles que a melhor forma de governo não é abstrata, e sim concreta: deve ser relativa, acomodada às situações históricas, às circunstâncias de um determinado povo. De qualquer maneira a condição indispensável para uma boa constituição, é que o fim da atividade estatal deve ser o bem comum e não a vantagem de quem governa despoticamente.
(MADJAROF, 2011, s-p)

Mesmo que influenciados pelos gregos, os romanos eram muito mais pragmáticos e despediam menor atenção à contemplação e especulação filosófica, voltando sua atenção para a prática e a moral. Seu maior legado é o direito, a sistematização jurídica advinda de uma vasta prática, um código utilizado para ordenar a vida coletiva por meio da universalidade e racionalidade, uma grande contribuição à prática política.

Passando a Idade Média, já na Idade Moderna, nasce em Florença, na Itália, Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) (SADEK, 2006), um cientista político que estudara a fundo os teóricos da antiguidade clássica. Em sua época havia grande instabilidade política e os governos eram tão efêmeros que muitas vezes não duravam mais de dois meses.

Aos vinte e nove anos de idade o italiano toma posse de um cargo relativamente importante na república florentina. Contudo, logo os Médicis depõem o governante, dissolvem a república e afastam muitos que até então ocupavam cargos públicos, dentre eles Maquiavel.

Na tentativa de voltar à sua vida pública, Maquiavel dedica seu mais famoso livro (*O Príncipe*) aos Médicis. Só mais tarde, em 1520, esses o convidam a escrever um livro sobre Florença, obra essa que além de ser sua última também o frustrou, pois, em 1527 os Médicis são depostos e os republicanos, por meio da obra acerca de Florença, associam Maquiavel aos tiranos destituídos (MAQUIAVEL, 2006).

A obra maquiaveliana suscita uma grande polêmica, “*O Príncipe*” é tido como um modelo cético e antiético de governar que, apesar das fervorosas críticas permanece sendo seguido por muitos políticos. Uns acusam-no de tirano enquanto outros, como Rousseau, qualificam-no como um conselheiro que discorreu sobre a liberdade e sua salvaguarda: “Maquiavel, fingindo dar lições aos Príncipes, deu grandes lições ao povo” (*Do contrato social*, livro 3, cap. IV) (SADEK, 2006, v. 1, p 14)

Maquiavel preocupa-se com a verdade efetiva das coisas em detrimento de um mundo idealizado, o epicentro de sua análise política é como resolver o inevitável ciclo de instabilidade e caos. Em sua análise, para que haja a política deve haver a ordem, um esforço realizado pelo homem, portanto, um produto não natural para evitar o caos. A conquista da ordem deve ser gerenciada, pois em seu seio sempre está sendo engendrada a força que a desfará, o caos natural. “[...] o mundo

da política não leva aos céus, mas sua ausência é o pior dos infernos.” (SADEK, 2006, V. 1, p. 18)

A partir do estudo da história e de sua experiência política, Maquiavel alega que o homem é ingrato, covarde e ávido por lucro. Essa perspectiva negativa gera a noção de que o conflito é um desdobramento da natureza humana (SADEK, 2006, V. 1, p. 19). Desta feita o poder é a única forma de amainar os conflitos que, ora tornarão a se manifestar.

O poder dos mais fortes domina aqueles que não querem ser dominados, mantém-se então o conflito entre as forças que é justamente o problema político: procurar manter a estabilidade.

Para Maquiavel (2006), havia apenas duas formas de resposta à anarquia humana: O principado e a República. Quando a nação se encontrar em desordem é necessário um governante forte, capaz de evitar a decomposição e fundar um Estado. Após ter sido educada a sociedade estaria pronta para a República.

A partir do contato com os clássicos, Maquiavel (SADEK, 2006) estabelece os conceitos de *virtù* e fortuna. A fortuna não era uma força inexorável, mas sim a deusa possuidora de bens como: a glória, a honra e o poder. Sendo uma mulher, poderia ser conquistada pelo homem que fosse vir, de verdadeira virilidade e coragem.

Tal alusão assegura que “o poder se funda na força, mas é necessário *virtù* para se manter no poder” (SADEK, 2006, V.1, p. 23). Assim o governante virtuoso, após a conquista do poder deve ser sábio e criar artifícios para facilitar o domínio e manutenção de seu poder, conquistando - se não a simpatia - ao menos o respeito de seus governados.

Para Maquiavel (2006), a política possui uma lógica e ética próprios, diferentes da vida privada. O governante deve ter a sabedoria para fazer uso dos “vícios” (atos tidos como negativos) devido à circunstância para salvar o Estado e seu governo, enquanto deve aparentar possuir as qualidades valorizadas por seus governados. Assim subverte o moralismo tradicional e desmistifica o fazer político, encontrando grande resistência para assunção pública de seus preceitos, mesmo que sejam insistentemente praticados.

Enquanto o florentino examina friamente a realidade e aponta o que o governante deve fazer e faz para manter-se no poder o inglês Hobbes (1588 – 1679)

procura justificar o surgimento do Estado e da força que cerceia a arbitrariedade do homem no estado civil.

Este alega que os homens são “iguais o bastante para que nenhum possa triunfar de maneira total sobre o outro” (RIBEIRO, p. 55) e sugere que como não sei o que o outro pensa, logo devo supor o que fará, da mesma forma que será forçado a supor o que farei. Dessas suposições recíprocas o mais razoável para cada um é atacar o outro (pensamento oposto ao preceito confuciano de não julgar com maldade). Por isso é necessário um Estado para controlar e evitar que o homem viva em guerra, o que seria sua atitude mais racional.

Se possuem capacidades semelhantes e desejam a mesma coisa, ela não poderá ser gozada por ambos e tornam-se inimigos. Para defender-se o homem deve antecipar a ação do outro, subjuga-lo e assim prosseguir até que não haja poder suficientemente grande para ameaçá-lo.

Para Hobbes (1995), sem um poder que mantenha todos os homens em respeito eles viverão em guerra, não necessariamente numa luta real, mas na disposição para tal durante o tempo em que não há garantia do contrário. Hobbes (1995) choca os leitores por ir de encontro à visão aristotélica do homem como um animal social.

Para Aristóteles, o homem naturalmente vive em sociedade, e só desenvolve todas as suas potencialidades dentro do Estado. Esta é a convicção da maioria das pessoas, que preferem fechar os olhos à tensão que há na convivência com os demais homens, e conceber a relação social como harmônica. (RIBEIRO, 2006, V, 1, p. 57)

Se para o grego o homem é um ser social que naturalmente realiza-se no seio da sociedade, para Hobbes (RIBEIRO, 2006), o homem primeiramente é provido de paixões que não são em si condenáveis, pois, antes do contrato social não há ninguém que possa definir o ataque ao próximo como um pecado:

Os desejos e outras paixões do homem não são em si mesmos um pecado. Nem tampouco o são as ações que derivam dessas paixões, até o momento em que se tome conhecimento de uma lei que as proíba; o que será impossível até o momento em que sejam feitas as leis; e numa lei pode ser feita antes de se ter determinado qual a pessoa que deverá fazê-la. (HOBBS, 1995, p. 76)

Assim, o homem permaneceria nesse tenso estado de natureza no qual o único fator de suas ações são sua individualidade e interesses particulares, até que

surja o Estado com o poder de determinar a defesa do direito de outrem, que implicaria, para cada homem, na defesa do direito de si mesmo na medida em que outro não poderia invadir o espaço que lhe é de direito. Portanto, deduz-se que no estado de natureza todo homem tem direito a tudo.

O direito de natureza(...) é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim. (HOBBS, 1995, p.6.)

De uma lei geral que ordena que todos procurem a paz figurada pela preservação de sua própria vida, deriva uma segunda lei:

Que um homem concorde, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, em renunciar a seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permitem em relação a si mesmo. (HOBBS, 1995, p. 78)

Desta forma não há a concessão de um novo direito a outro homem, pois todos os homens possuem, naturalmente, direito a tudo. (até que o próprio homem, por meio da moral, diga o que é ou não permitido fazer). Essa concessão é para que o homem possa gozar de seu direito original sem que outros interfiram, assim como não servirá de obstáculo aos outros, dessa forma, a desistência de outro homem ao seu direito é simplesmente a diminuição de impedimentos ao seu próprio direito original.

Para possibilitar que o homem abra mão de seu direito natural com a segurança de que o outro também o fará, faz-se necessária a força do Estado, para que o homem não precise confiar em sua própria força e capacidade para se defender dos outros, retomando assim seu direito natural à liberdade plena.

Para Hobbes (RIBEIRO, 2006) o pacto é celebrado por todos os homens, entre cada um e cada um. Portanto, o soberano não subscreve o contrato porque ele só passa a existir depois da cessão de cada homem ao direito de governar a si mesmo.

É evidente que quem é tornado soberano não faz antecipadamente qualquer pacto com seus súditos, porque teria ou que celebrá-lo com toda a multidão, na qualidade de parte do pacto, ou que celebrar diversos pactos, um com cada um deles. Com o todo, na qualidade de parte, é

impossível, porque nesse momento eles ainda não constituem uma pessoa. E se fizer tantos pactos quantos forem os homens, depois de ele receber a soberania esses pactos serão nulos, pois qualquer ato que possa ser apresentado por um deles como rompimento do pacto será um ato praticado tanto por ele mesmo como por todos os outros, porque será um ato praticado na pessoa e pelo direito de cada um deles em particular. Além disso, se algum ou mais de um deles pretender que houve infração do pacto feito pelo soberano quando de sua instituição, e outros ou um só de seus súditos, ou mesmo apenas ele próprio, pretender que não houve tal infração, não haverá nesse caso qualquer juiz capaz de decidir a controvérsia. Volta portanto a ser a força a decidir, e cada um recupera o direito de se defender por seus próprios meios, contrariamente à intenção que o levava àquela instituição. (HOBBS, 1995, p. 107)

Dentro de uma Democracia essa situação torna-se muito complexa, pois tanto a instância representante como a representada seriam, cada uma, um único corpo. Assim, mesmo aqueles que não votaram para que aquele fosse seu representante, devem seguir suas ordens pois, caso contrário, estarão contra si mesmos na condição de subscritores do contrato e serão deixados no estado de direito natural, no qual poderão ser punidos. Ou seja, se indivíduo concorda que o corpo coletivo elegerá um líder ele deve obedecer esse representante, senão ferirá a convenção de elegibilidade do governante por ele mesmo aceita outrora e tomará de volta para si seu direito natural.

Por outro lado, a teoria hobbesiana versa contra a possibilidade de o soberano ser parte do pacto. Pois, se o celebrasse seria na qualidade de parte do pacto, o que o sujeitaria à sanção, além disso, se ele fizer o pacto com uma parcela da população, tal contrato seria nulo no momento em que se tornasse soberano, pois ele deve representar o todo e não uma parte. Se representar uma parte será o mesmo que se aquela parte detivesse o poder, o que o destituiria de seu próprio poder na qualidade de soberano.

Sendo parte do pacto o soberano causará infração e não havendo juiz capaz de decidir a controvérsia, cada um recupera o direito de se defender da maneira que lhe convier, logo seria inútil conferir a soberania por meio de um pacto anterior.

Contudo não é o que acontece em nossa Democracia representativa, pois não há um Estado ideal. Dotado de grande poder o governo consegue angariar a adesão das camadas mais humildes, através de assistencialismo, enquanto cumpre seus “deveres” para com determinada parcela da população que está instituída de

algum poder que o tenha levado à frente do governo ou que ameace a manutenção desse poder.

Para Hobbes esse Estado de poder absoluto não dirime a liberdade, pois, a defende como sendo “em sentido próprio, a ausência de oposição” (RIBEIRO, 2006, p. 66), ou seja, de impedimentos externos. Dessa forma, para que o homem seja livre ele deve, sem impedimentos, ser capaz de fazer o que tem vontade. Logo, não deve ter a vontade do outro como obstáculo, o que só seria possível por meio da subscrição do contrato social, a partir do qual renuncia ao seu direito de natureza (de guerra contra todos) onde fazer o que julga conveniente contradiz a preservação de sua própria vida, pois, se possuir tal direito outros também o possuirão e o resultado seria a insegurança mútua.

Nesse ponto a Declaração Universal dos Direitos Humanos reafirma a teoria Hobbesiana, como se observa no segundo item de seu artigo XXIV:

No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.
(ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, s-p.)

Dando poderes ao soberano o homem só abriu mão de seu direito para proteger sua própria vida. Se essa finalidade não for atendida o súdito não deve mais obediência ao soberano, pois, desaparece a razão que o levaria à obediência. Desta feita, por meio de inferências suscitadas com base na teoria de Hobbes (1995) o homem não deveria submissão ao Estado que, por exemplo, não cumprisse a Declaração dos Direitos Universais do Homem, a citar o artigo III a partir do qual “Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, s-p) Mas, cabe salientar que só tem restituída sua liberdade natural aquele indivíduo que não for protegido pelo soberano.

O artigo supracitado implica no primeiro item do artigo XXV, onde são elencados direitos garantidores de proteção à vida e segurança pessoal – uma vez que segurança implica na percepção de se estar protegido de riscos, perigos ou perdas, implicando em “segurança social” e não apenas proteção contra agressão física:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, s-p.)

Segundo Hobbes (1995), tal é o dever do Estado na manutenção da paz e segurança comuns que é ele quem garante o direito à propriedade, uma vez que, se não houver a distribuição dessa posse e sua proteção, não existirá paz, pois cada indivíduo poderia apanhar terras de outrem e mantê-las com o uso da força, o que não seria propriedade nem comunidade, mas incerteza e medo.

Dado que o soberano quer dizer o Estado (cuja pessoa ele representa) se entende que nada faz que não seja em vista da paz e segurança comuns, essa distribuição das terras deve ser entendida como realizada em vista do mesmo. Em consequência, qualquer distribuição que se faça em prejuízo dessa paz e dessa segurança é contrária à vontade de todos os súditos, que confiaram a paz e a segurança de suas vidas à discrição e consciência do soberano, e assim essa distribuição de, pela vontade de cada um deles, ser considerada nula. (HOBBS, 1995, p. 150)

Por sua linha de raciocínio é possível entender porque Hobbes (1995) é, juntamente com Maquiavel (2006), um dos pensadores mais “famigerados” da ciência política. Destacam-se o Estado monstruoso e o homem belicoso, rompendo com o pensamento aristotélico que assevera o homem como um ser social. Mas, principalmente porque em seu tempo, e ainda hoje, a burguesia procura fundar a propriedade como um direito anterior ao Estado. Esse direito aos bens sob a tutela do Estado, retira da burguesia o poder de controlar o poder de Estado.

Seguindo os passos de Hobbes (1995), Rousseau (1712 – 1778) (NASCIMENTO, 2006), prossegue com a teoria contratualista, embora não dispense críticas à obra hobbesiana, dentre as quais estabelecesse um grande contraste no conceito central de governo. Pois para Rousseau (NASCIMENTO, 2006), o exercício da soberania pelo povo é condição precípua para sua libertação e não o contrário, como alega Hobbes ao defender um Estado soberano. Ambos apresentam idéias contrárias em relação à soberania de governo.

[...] Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para proveito de alguns ambiciosos, sujeitaram doravante todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria. (ROUSSEAU, 1958, p 178.)

Rousseau (NASCIMENTO, 2006) não sabe como se deu o processo da mudança do estado de liberdade para a servidão, e não lhe convém tecer raciocínios hipotéticos, mas sim estabelecer o dever-ser do contrato social como um pacto legítimo. Para ele o povo é soberano, sendo ao mesmo tempo parte ativa e passiva, pois, é o agente que obedece às leis que ele mesmo cria. Obedecer à lei que se prescreve a si mesmo é um ato de liberdade. Mas, essa submissão deve ser a deliberação de si mesmo e de cada cidadão, isto é, uma submissão à vontade geral e não à particular.

O primeiro passo para a legitimidade do pacto reside na alienação total (transferência para o domínio alheio) e condição de igualdade entre todos. Tal condição também vale para a máquina política, na qual a legitimidade deve ser refeita a cada instante.

Este autor define o governo como o corpo administrativo do Estado, um funcionário do povo cuja forma será definida pela cultura e história de cada nação. Dessa feita, poderia haver um regime monárquico no qual o povo mantivesse-se como soberano, desde que o monarca permanecesse como um funcionário do soberano (povo).

Contudo, assim como a vontade particular incessantemente atua contra a vontade geral, há um perene dispêndio de energias na tentativa do governo – como corpo funcional a serviço do povo – ocupar o lugar do soberano como poder máximo, ocasionando, assim, uma inversão nos papéis. Mesmo porque Rousseau (NASCIMENTO, 2006) não admite a representação ao nível da soberania alegando que uma vontade não se representa.

Para explicar essa não-representabilidade podemos recorrer à semiologia e entender que a representação é uma entidade que está por outra entidade. Quando há representação o representante está pelo representado. Assim, a representação é uma relação entre o representante e o representado, logo, não é aquilo que se representa, mas aquilo que resulta dessa relação.

Aduzindo para a representação política, a intelecção que o representante fará daquilo que representa partirá de sua experiência de vida, portanto de um ângulo pessoal.

Ou seja, para Rousseau (1958), quando a representação ocorre há uma sobreposição de vontades e “a vontade de quem a delegou não mais existe ou não mais está sendo levada em consideração. Donde segue que a soberania é inalienável.” (NASCIMENTO, 2006, p. 198.). Dada essa tendência dos representantes a agir em nome de si mesmos, seria conveniente que fossem trocados com certa frequência.

Muito diferente da teoria hobbesiana, na qual o soberano só surge depois da subscrição do contrato, o soberano rousseauiano é o próprio povo que assina o contrato, assim como o governo também é subscritor.

Enfim, cada um, ao se dar a todos, não se dá a ninguém e, não existindo um associado sobre o qual não se adquira o mesmo direito que se lhe cede sobre si mesmo, ganha-se o equivalente de tudo que se perde e mais força para conservar o que se tem. (NASCIMENTO, 2006, p, 220)

Essa associação torna cada membro parte indivisível do todo e produz um corpo moral e coletivo e, alega o francês, que “Desde o momento em que essa multidão se encontra assim reunida em um corpo, não se pode ofender um dos membros sem atacar o corpo, e, ainda menos, ofender o corpo sem que os membros disso se ressintam”. (apud NASCIMENTO, 2006, p. 220)

Embora a passagem do estado de natureza para o estado civil prive o homem de muitas vantagens, traz-lhe outras de grande valia. As concessões feitas em prol da coletividade permitem o desenvolvimento das faculdades mentais e, para Rousseau (NASCIMENTO, 2006), transformam um animal estúpido em um ser inteligente e humano.

As pequenas diferenças de cada cidadão desse corpo resultariam na vontade geral, contudo surgem facções que apresentam uma vontade geral apenas em relação a seus membros, mas particular em relação aos demais. Dessa forma o número de votantes é igual ao número de associações e se houver uma associação tão grande que se sobreponha às outras haverá apenas uma diferença única e não haverá vontade geral, mas sim uma vontade particular. Tal modelo rechaçado por Rousseau (NASCIMENTO, 2006) lembra muito o adotado por coalizões políticas.

A coalizão política germina no seio de nosso modelo democrático. Quando um representante é eleito para tomar frente do poder executivo ele precisa que a maioria dos políticos de uma instância inferior (no caso de um município, o prefeito precisa do voto favorável dos vereadores) aprove sua decisão, e, caso não tenha apoio dessa maioria não consegue governar pela incapacidade de praticar seu poder. Para que haja governabilidade, portanto realização de seus projetos, ele deve possuir o apoio da maioria.

Para obter o apoio da maioria o governante realiza a coalizão política, uma aliança entre partidos, cuja sinergia momentânea tem como objeto vantagens políticas para ambos os lados. Assim o representante forma uma associação de interesses particulares descaracterizando a vontade geral, segundo suscitam as asserções de Rousseau (1958).

Tal descaracterização da vontade geral acarreta, em certa medida, a degeneração do governo e seu futuro perecimento, pois, a vontade particular não deve sobrepor a vontade geral, contudo:

Se queremos formar um estabelecimento durável, não sonhemos nunca em torná-lo eterno. Para ter bom êxito, não é preciso tentar o impossível, nem se gabar de dar à obra dos homens uma solidez que as coisas humanas não comportam. (NASCIMENTO, 2006, p, 220)

O homem é um ser imperfeito, uma vicissitude constante, portanto, sua obra não é perene, pois, em dado momento o povo (soberano) não possuirá exatamente as mesmas características que contivera no momento da gênese de sua obra – no caso, o corpo político. Se por um lado o povo pode optar pela mudança do regimento político, o corpo político também pode esforçar-se para que sua vontade sobreponha-se à do soberano, cessando o tratado social, por isso Rousseau lembra: “O corpo político [...] traz em si mesmo as causas de sua destruição” (apud NASCIMENTO, 2006, p, 220).

Fica evidente sua predileção pela Democracia direta, tal qual era exercida na Grécia antiga, contudo, a diversidade e numerosidade de indivíduos, atrelados à dependência da política em relação à economia e a situação complexa na qual se dá, tornam praticável a Democracia representativa em detrimento da Democracia direta. Por sua vez, Locke (Inglaterra, 1632- 1704) (MELLO, 2006) é adepto da Democracia Representativa, na qual a maioria escolhe o poder legislativo.

Juntamente com Hobbes (1995) e Rousseau (1958), Locke (MELLO, 2006) defende a teoria dos direitos naturais e da subscrição do contrato social levando ao estado civil, embora em sua concepção o estado de natureza divirja do estado de guerra hobbesiano, por ser um estado de relativa paz.

Partindo de um pressuposto oposto ao de Hobbes (1995), Locke (MELLO, 2006) toma um caminho diferente e diz que o contrato social parte de um livre consentimento dos homens para formar a sociedade civil e preservar ainda mais os direitos já existentes no estado de natureza, enquanto que para Hobbes (1995) o homem troca sua liberdade pela segurança do Estado, uma vez que - segundo sua acepção – vivia no constante estado de guerra.

No que tange aos direitos já existentes no estado de natureza, Locke (MELLO, 2006) ressalta ser a finalidade primeira do governo a conservação da propriedade. Segundo ele, a propriedade existia a partir da incorporação do trabalho à matéria bruta, agregado esse valor ao objeto o homem tem garantido o direito à propriedade que, portanto, era no início limitada pela capacidade de trabalho do indivíduo.

Com o advento da moeda, tornou-se possível a concentração de riqueza que engendraria um desequilíbrio na distribuição dos bens entre os homens. Esse fato implicaria num desdobramento negativo que fora apontado por Alexis Henri Charles Clérel, visconde de Tocqueville, dito Alexis de Tocqueville (França, 1805 – 1859) (QUIRINO, C In: WEFFORT, F, 2006).

No século XIX, Tocqueville (QUIRINO, 2006), continuando o desafio dos contratualistas como Hobbes (1995), procura por meio da discussão de liberdade e igualdade democrática como realidades não contraditórias, explicar o desenvolvimento sociopolítico de algumas sociedades por ele estudadas, trazendo assim a pesquisa para uma realidade mais concreta e menos idealizada.⁴⁰

Para o francês, o processo democrático diz respeito a toda humanidade, mas seus estudos apresentam os Estados Unidos de 1830 como possuidores de condições excepcionais para erigir a democracia. Contudo, não denotavam uma Democracia completa, mas a mais desenvolvida e o desenvolvimento da Democracia é definido pela ação política de seu povo, essa atuação definirá se a Democracia será liberal ou tirânica.

Tocqueville (QUIRINO, 2006), ao contrário de Hobbes (1995), e até mesmo Locke (MELLO, 2006), teme que a Democracia torne-se uma tirania da maioria

dentro de uma sociedade de massa, e também receia o surgimento de um Estado autoritário-despótico. Enquanto esse segundo autor alega que o súdito não pode rebelar-se com uma ação do Estado da qual discorde, pois, ao subscrever o contrato concedeu ao soberano o direito de agir em seu nome pelo bem da coletividade, para Tocqueville isso pode acarretar na tirania da maioria ou até mesmo um governo autoritário.

Logo, ao ser constituída a tirania da maioria, as minorias não teriam voz para se expressar, e nessa Democracia novos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos não se desenvolveriam se não encontrassem aceitação da maioria. Portanto, a cultura, de certa maneira, permaneceria coagulada, pois, é a partir de interações com novos eventos que ela se expande.

Por outro lado, o que pode em primeiro momento parecer um paradoxo, Tocqueville (MELLO, 2006) é contra o individualismo que é acentuado pelo industrialismo capitalista que surgia na época e “(...) procura demonstrar que os cidadãos, à medida que se dedicam cada vez mais aos seus afazeres enriquecedores, vão concomitantemente abandonando seu interesse pelas coisas públicas.” (QUIRINO, 2006. p. 156)

Para evitar tais tiranias o filósofo francês defende “uma ação política constante em defesa da liberdade” (QUIRINO, 2006. p. 154). Uma vez que, na medida em que o cidadão se desinteressa pela atividade política, o Estado passa a tomar para si todas as atividades e começará a decidir sozinho por toda a coletividade, até o ponto em que germinará a tirania.

Esse amontoado de ocupações acumuladas pelo Estado que, na verdade, são pertinentes a todos e, portanto, merecedoras de intervenção geral, acabam não sendo administradas de forma eficiente, seja pelo excesso de responsabilidade deixada ao Estado ou até mesmo pela má gestão do governo, acarretada por incapacidade administrativa ou corrupção.

Dessa forma surgem áreas da vida coletiva sem a devida administração, tais lacunas abrem espaço para atuação de empresas que referem-se a si mesmas como socialmente responsáveis. A responsabilidade social é de todos, contudo, a maior parte da população renuncia a este dever, prova disso é que o discurso da “responsabilidade social” se transformou em diferencial competitivo para as empresas, um ativo mercadológico.

Notado o desinteresse pela coisa pública, Tocqueville (MELLO, 2006), para assegurar a manutenção da Democracia defende: a existência de instituições que desenvolvam a descentralização administrativa, a organização de associações políticas que defendam a cidadania, a existência de partidos e também a existência de uma Constituição e de leis garantidoras da manutenção da igualdade e da liberdade. Para assim manter o espaço da palavra e ação aberto a todos.

Pode-se mesmo, conforme Tocqueville, “imaginar um ponto extremo onde liberdade e igualdade se toquem e se confundam”, pois é na própria Democracia que encontramos a solução para os seus males. (QUIRINO, 2006, p.156-7)

Embora tais instituições de caráter liberal ajudem na manutenção da liberdade individual, este pensador admite que apenas na ação política dos cidadãos poderá ser garantida sua verdadeira existência na democracia.

Ao mesmo tempo em que a igualdade é pré-requisito para a Democracia ela pode fragilizar a liberdade que para ser mantida deve ser protegida incessantemente, logo a constante vigilância é o preço da liberdade e sua verdadeira sustentação está na ação política do cidadão. Quirino (2006) ressalta a problemática tocquevilliana: “[...] buscar a solução sobre a questão da preservação da liberdade na igualdade”

Traçado o caminho por estes grandes pensadores, Bobbio (1986) realiza em 1984 uma análise da Democracia tal qual apresentada na realidade social, de maneira objetiva, contrastando-a com a Democracia idealizada. Contudo, antes de realizar tal estudo, estabelece a definição mínima do conceito acerca da democracia:

[...] um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*. [...] até mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isto, para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos. No que diz respeito aos sujeitos chamados a tomar (ou a colaborar para a tomada de) decisões coletivas, um regime democrático caracteriza-se por atribuir este poder (que estando autorizado pela lei fundamental torna-se um direito) a um número muito elevado de membros do grupo. (BOBBIO, 1986, p. 18)

Este autor diz que os sujeitos chamados a tomarem decisões coletivas são um “número muito elevado”, pois, em nenhuma Democracia todos votam, uma vez que os indivíduos precisam, ao menos, atingir determinada idade para votar. Mesmo que este “número elevado” de sujeitos possa participar (direta ou indiretamente) das decisões coletivas, seguindo, para tanto, regras de procedimento – como a da maioria ou da unanimidade –, faz-se necessária uma terceira condição para uma definição mínima de Democracia: aqueles chamados a decidir devem possuir alternativas, assim como condições de escolher entre elas. A condição para poder escolher é o direito de liberdade, pois, para optar é preciso poder opinar, reunir-se para discutir, etc. Tais condições originam-se no estado liberal, assim definido por Bobbio (1986, p. 20):

[...]o estado liberal é o pressuposto não só histórico mas jurídico do estado democrático. estado liberal e estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da Democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. em outras palavras: é pouco provável que um estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e de outra parte é pouco provável que um estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais.

O primeiro ponto a ser considerado é que a Democracia é uma prática dinâmica, em constante transformação. Em sua atual forma ela encontrou um meio de atingir centros de poder tradicionalmente autocráticos, como as empresas, esses grupos ou organizações passam, cada vez mais, a serem os sujeitos da ação política, surgindo como intermediários entre o indivíduo e a nação. Estes aspectos, dentre outros, evidenciam a fragilidade da Democracia e sua corruptibilidade.

Segundo Bobbio (1986), podemos notar que nas Idades Antiga e Média, o todo precedia o indivíduo, como na teoria aristotélica do homem como animal político; já na idade moderna os contratualistas partem de uma teoria individualista, em detrimento da orgânica, dizendo que o homem é naturalmente um ser livre e que a sociedade política é fruto da vontade do indivíduo. Os homens são tidos indivíduos livres e iguais que entram em acordo com os demais para originar um poder capaz de defender a vida e a liberdade de cada um, protegendo assim seu próprio interesse. Além disso, corroborando a concepção individualista, dentro da economia

política o homem é visto como um ser individual, mesmo sendo membro de uma comunidade.

Dentro desse preâmbulo de um princípio individualista, Bobbio (1984) aponta seis promessas da Democracia Ideal que não são cumpridas pela Democracia Real.

Primeiramente, a hipótese do modelo (individualista) de Rousseau (1958) no qual um indivíduo soberano entra em acordo com indivíduos igualmente soberanos, não considerava que entre o povo soberano e seu representante haveria sociedades particulares.

O que aconteceu nos estados democráticos foi exatamente o oposto: sujeitos politicamente relevantes tornaram-se sempre mais os grupos, grandes organizações, associações de mais diversa natureza, sindicatos das mais diversas profissões, partidos das mais diversas ideologias, e sempre menos os indivíduos. Os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática, na qual não existe mais um soberano, o povo ou a nação, composto por indivíduos que adquiriram o direito de participar direta ou indiretamente do governo, na qual não existe mais o povo como unidade ideal (ou mística), mas apenas o povo dividido de fato em grupos contrapostos e concorrentes, com a sua relativa autonomia diante do governo central (autonomia que os indivíduos singulares perderam ou só tiveram num modelo ideal de governo democrático sempre desmentido pelos fatos). (BOBBIO, 1986, p. 23)

Não há mais um centro de poder, como asseverava Rousseau (1958) ao apontar a vontade geral, mas sim vários centros (Policentrismo) (BOBBIO, 1986), portanto a primeira promessa não cumprida é o nascimento da sociedade pluralista.

Além do exemplo citado anteriormente como rechaçado por Rousseau (1958), o das coalizões políticas, há vários outros interesses impedindo a representação política, pois, uma consequência da sociedade pluralista é a existência de muitos grupos representando seus próprios interesses e estes tendem a identificar o interesse nacional como seu próprio. Para constatar isso, não é necessário chegar à coalizão política, esse exercício da representação dos interesses (no qual o representante está vinculado a um interesse particular), em detrimento da representação política (livre de vinculação) é a segunda promessa descumprida, e está presente no próprio partido político:

[...] mas o que representa a disciplina partidária se não uma aberta violação da proibição de mandatos imperativos? aqueles que de vez em quando fogem à disciplina partidária aproveitando-se do voto secreto não são por acaso tachados de "franco-atiradores", isto é, tratados como réprobos a serem submetidos à pública reprovação? a proibição de mandato imperativo, além do mais, é uma regra sem sanção. ao contrário: a única

sanção temida pelo deputado que depende do apoio do partido para se reeleger é a derivada da transgressão da regra oposta, que o obriga a considerar-se vinculado ao mandato recebido do próprio partido. (BOBBIO, 1986, p. 25)

O próximo desvio do ideal é a persistência das oligarquias, pois no atual governo democrático as elites não se ausentaram, pelo contrário, são muitas e concorrem entre si pela identificação e o voto popular (partidos, por exemplo).

Procurando mascarar essa elitização, surge outro problema: a falsa amplificação da democracia, tida como a extensão do direito ao voto a outras categorias da população (por exemplo, as mulheres) que não tinham esse direito garantido. Não interessa tanto a passagem da Democracia Representativa para a Democracia Direta, mas sim da Democracia Política para a Democracia Social. O importante não é saber quantos podem participar das decisões que lhe dizem respeito (quantos têm direito ao voto), mas onde se vota – em que espaço o cidadão pode fazê-lo (dentro do trabalho, na escola, em relação à sua saúde, etc.).

Outra consequência da elitização e individualismo impressos no governo democrático é o exercício do “poder invisível”. O cidadão não tem acesso a todas as decisões tomadas por seus representantes que, muitas vezes fazem uso do desconhecimento de suas ações para atingirem interesses particulares. Tal prática irregular do poder velado (exercido às escondidas) está definida na obra de Kant (*Apud* BOBBIO, 1986, p. 29), pois, como asseverou, se a máxima das ações relativas ao direito de outro homem não podem se tornar públicas (generalizadas e até exercidas por todos) ela é injusta. Portanto, a publicidade dos atos do governo é importante para o cidadão saber o que ocorre e também para poder controlar tais ações: “a publicidade é por si mesma uma forma de controle, um expediente que permite distinguir o que é lícito do que não é.” (BOBBIO, 1986, p.30)

A sexta promessa não cumprida é relativa à cidadania, mais precisamente à educação do cidadão. Para Bobbio (1986) a educação para a Democracia surge no próprio exercício da prática democrática. Para o governante é muito conveniente o súdito desinteressado, pois, este não o “monitora” e permite que quem usufruí dos direitos políticos (não necessariamente o representante do governo, mas qualquer um que exerça seu direito) imprima ao governo um caráter particular, vinculado a interesses próprios. Tal renúncia ao uso do próprio direito retira do cidadão a

capacidade de interferir na vida coletiva e, por conseguinte, em sua própria realidade cotidiana.

Esse não-exercício do direito de controlar o poder representativo que garante a própria liberdade e escolhas do cidadão contraria o princípio da democracia, como bem sintetizado por Bobbio (1986, p. 28) ao expor a relação entre os direitos políticos e os direitos de liberdade:

[...] a concessão dos direitos políticos foi uma consequência natural da concessão dos direitos de liberdade, pois a única garantia de respeito aos direitos de liberdade está no direito de controlar o poder ao qual compete esta garantia.

Essa fragilidade no exercício político, encorajada por oligarquias dentro de uma sociedade pluralista aponta grandes deficiências na democracia. Embora não seja perfeita nem de forma constante, a democracia, como pudemos observar, aponta inegáveis avanços e, apesar de defectível, apresenta os remédios para seus próprios males, pois, as injustiças sistêmicas são possivelmente combatidas dentro do próprio sistema.

2.2 O político

Municiados por algumas definições acerca do fazer político, podemos então observar alguns arquétipos apresentados por diversos autores para o perfil ideal do governante. Salienta-se a variabilidade de arquétipos, não apenas dadas as distintas origens das idéias, advindas de cada autor, mas também pelos diferentes atributos que cada povo, segundo sua cultura em dado momento requer de seu governante. Cada autor propõe diferentes condições para que o representante do governo legitime sua posição, apesar de distintas, não se excluem mutuamente e podem, pelo contrário, indicar o que se espera de um governante.

Na antiguidade, Confúcio defende o político como aquele que apresenta ética e moral irrefutáveis tanto na vida privada quanto na pública, afirmando que apenas os benevolentes podem suportar a adversidade e “aspirar intensamente à benevolência, significa não ter vícios” (MULTI-LINGUAL, 2010, WEB). Seguindo essa premissa, dedicou-se à procura pelo político ideal:

“Ainda tenho que achar o homem que ame a benevolência, ou o homem que odeie o que não é benevolente. Nada supera o homem que ama a benevolência. O homem que odeia o que não é benevolente é ele próprio benevolente, porque ele impede o que não é benevolente de ser atraído a ele. Deverá ter muita fortaleza para ser benevolente por um dia! Ainda tenho que achar o homem cuja fortaleza seja suficiente. Se existisse esse homem, ainda tenho que achá-lo.” (MULTI-LINGUAL, 2010, WEB)

Certa vez um discípulo perguntou a Confúcio qual, entre dois alunos específicos, era superior, o mestre respondera dizendo que o primeiro ia além enquanto o segundo ficava atrás. Assim, aferir-se-ia que o primeiro é melhor do que o segundo, contudo, o sábio logo respondera que ir além era o mesmo que ficar atrás, ou seja, as ações do homem não deveriam ser extremadas, não seria ideal entregar-se perdidamente às paixões, deve haver moderação e equilíbrio (Diálogos, capítulo 11, verso 15). Para Confúcio (2010) o governante que se julgasse pleno seria vazio por não se permitir um novo estágio de superação cultural. Tomando um copo de água como alegoria: se cheio, o copo, ao receber mais água, transborda; quando mantido vazio, o copo que representa o homem fica aberto a novas experiências e, dessa maneira, suscetibiliza-se a lançar um olhar diferente sobre o mesmo objeto. Só assim é possível ser equilibrado, para ser pleno deve ser simples. O homem bom não é aquele que espera o pior dos outros, mas sim o melhor de si próprio. Com a mudança originada a partir do interior de cada indivíduo, Confúcio prega um Estado sem queixas de nenhum de seus partícipes.

Por outro lado, para Maquiavel (2006) a política possui uma ética e lógica próprios, moldáveis à situação, cujo político deve fazer uso dos vícios para salvar o Estado, enquanto apresenta para os governados as qualidades que eles esperam. Julga o Estado e o governo como mais importantes do que o homem de forma individual, uma antítese da teoria confuciana, na qual o indivíduo “íntegro” é o pilar da vida coletiva. Essa divergência acontece, pois, o chinês acredita na bondade do homem, enquanto o italiano julga o homem como um ser com vícios e naturalmente corrompido pelo caos.

Tendo a sociedade democrática se tornado complexa e com vários centros de poder e interesse, torna-se praticamente impossível empregar o meto de Confúcio para governar. Tão verossímil é a asserção que facilmente verificamos a recorrência dos princípios para governar apresentados por Maquiavel. Constantemente são

encontradas replicações na política cotidiana como, por exemplo, ao tratar da dificuldade encontrada pelo novo dominador:

Passamos, então, a ter por inimigos todos aqueles a quem prejudicamos ao ocupar o principado, e ao mesmo tempo não podemos conservar amigos os que lá nos puseram, porque, nem nos é lícito satisfazer-los pela forma que imaginaram, nem a nossa gratidão para com eles nos consente tratá-los com dureza. E deve-se ter presente que, ainda quando disponhamos de exércitos fortíssimos, sempre nos é indispensável o favor dos habitantes de uma província para entrar nesta. (SADEK, 2006, p. 26)

Essa dificuldade é observada até mesmo nos regimes de coalizão política que encontramos hoje, ao mesmo tempo que são mantidos partidos e civis opositores com os quais procura-se manter ao menos uma relação que permita a convivência e até uma possível aliança futura, não é possível realizar todos os desejos dos “patrocinadores” da campanha política.

Em outra proposição o italiano também alega que ao dominar um novo território, é necessário colonizar algumas regiões-chave do local, a fim de evitar demasiados gastos com tropas e abrandar o inevitável desgaste decorrente da dominação cuja condição vexatória é alardeada pela presença das tropas vencedoras.

Se em lugar de colônias tivermos tropas no novo território, não só gastaremos muito mais, visto exigir a sua manutenção o emprego de todas as rendas do novo Estado, de modo que a aquisição se torna passiva, mas também aumentaremos o número de prejudicados, dada a necessidade de alojarmos tão grande cópia de homens d'armas nas residências particulares. O vexame daí resultante é sentido por todos os cidadãos, cada um dos quais se transforma em inimigo: o inimigo capaz de nos estorvar, pois está batido em sua própria casa. Tudo isso demonstra, portanto, que os exércitos são tão inúteis, quanto úteis são as colônias. Deve, outrossim, quem está numa província diferente da sua na língua e costumes, tornar-se, conforme ficou dito, chefe e defensor dos vizinhos de menor tamanho e força, por todo o seu afincamento em debilitar os mais poderosos, e cuidar que, de modo nenhum, entre nela um estrangeiro tão poderoso como ele. (SADEK, 2006, pp. 27-28)

Tal prática remete-nos à Guerra do Iraque, conflito iniciado em 20 de março de 2003 com a invasão do Iraque liderada pelos Estados Unidos. Os motivos seriam o desenvolvimento de armas de destruição em massa e uma ligação substancial com a rede terrorista Al- Qaeda. Nenhum dos motivos foi provado e supõe-se que a verdadeira razão seria a apropriação das jazidas de petróleo iraquianas.

No certame o governo dos EUA e seus aliados destituem Saddam Hussein do poder e instauram a Autoridade Provisória da Coligação, que serviu como um governo de transição entre a ditadura de Saddam e um governo interino iraquiano, cuja intenção era permanecer no território iraquiano e manter a dominação do território alegando que a presença de suas tropas serviria para garantir a segurança dos civis contra as forças de insurgência iraquianas. Esta empresa não foi bem-sucedida, uma vez instaurada a guerra civil iraquiana.

Observa-se que o governante atual está mais para Maquiavel do que para Confúcio, pois, muitas ações são tomadas visando interesses particulares como finalidade. Esta presença de oligarquias dentro da Democracia impulsiona a tendência do distanciamento entre Estado e povo, e da aproximação do Estado a um modelo de instituição autocrática que existe para sua própria subsistência. Corrobora a teoria de Rousseau, na qual o político nada mais é do que parte do povo, um representante do povo soberano. Esse simples fato de ser um “representante” implica na primeira crítica à Democracia representativa: a não-representabilidade da vontade. Por conseguinte o político não está plenamente pelo povo na medida em que é previamente filiado a um partido, Rousseau diz:

Se, quando o povo suficientemente informado delibera, não tivessem os cidadãos qualquer comunicação entre si, do grande número de pequenas diferenças resultaria sempre a vontade geral e a deliberação seria sempre boa. Mas quando se estabelecem facções, associações parciais a expensas da grande, a vontade de cada uma dessas associações torna-se geral em relação a seus membros e particular em relação ao Estado[...]. (ROUSSEAU apud NASCIMENTO, 2006, p, 228)

O fato de que as vontades das facções são gerais apenas em relação a seus membros (e não ao todo) é exatamente o que ocorre na presente forma da democracia, como constatado por Bobbio (1986).

Por outro lado, a teoria hobbesiana versa contra a possibilidade de o soberano ser parte do pacto. Pois, se o celebrasse seria na qualidade de parte do pacto, o que o sujeitaria à sanção, além disso, se ele fizer o pacto com uma parcela da população, tal contrato seria nulo no momento em que se tornasse soberano, pois ele deve representar o todo e não uma parte. Se representar uma parte será o mesmo que se aquela parte detivesse o poder, o que o destituiria de seu próprio poder na qualidade de soberano.

Contudo, a Democracia Real “permite” esse desvio na representação dos interesses, portanto, além de corresponder a um perfil aceitável, o político precisa conhecer a realidade política e entender as regras do jogo. Conhecer tais regras não significa que o governante deve aperfeiçoar suas qualidades de orador com a finalidade de se tornar um demagogo eloqüente, mas é o que ocorre na maioria das vezes.

3. Comunicação na Política

Partindo do pré-suposto da relação indissociável entre comunicação e política estabelecem-se os processos de construção cultural, lingüística e identitária, dos quais o discurso político se apropriará para a metódica criação de uma identidade específica a ser percebida pelo eleitor, esse planejamento pode almejar a obtenção de uma imagem premeditada.

A construção do personagem político ocorre com a utilização de recursos discursivos aplicados aos meios de comunicação – principal fonte de informações para a construção simbólica da realidade – com o intuito de, a partir da imagem construída, estabelecer uma relação de carisma e identificação com o candidato.

3.1 Política como ato comunicacional

Aristóteles (2003, p. 14) alegava que o homem é naturalmente um animal social, político, e que não poderia realizar sua plenitude fora da sociedade, e, ao mesmo tempo afirmava:

O que, especificamente diferencia o homem é que ele sabe distinguir o bem do mal, o justo do que não é, e assim todos os sentimentos dessa ordem cuja comunicação forma exatamente a família do Estado.

Deixando de lado o mérito da discussão conceitual sobre o aferimento do “bem” e “mal”, podemos aproveitar a relação estabelecida entre as duas afirmações:

- a) o homem é um animal que se realiza dentro da vida coletiva e;
- b) a comunicação é a responsável pela formação do Estado;

O que nos a deduzir que, já na teoria aristotélica a comunicação é responsável pela organização política e, por conseguinte, da realização do homem dentro da vida coletiva.

Partindo do pressuposto da política democrática como, em parte, a organização e hierarquização de poderes em meio à vida coletiva por meio de um debate que presume a idéia de coabitação cultural, a comunicação não se apresenta como solução, mas sim como um problema a ser administrado: “Assume-se o risco

da comunicação, das tensões e do conflito.” (SARDINHA, 2011, p. 05). Portanto, a comunicação e a política são problemas indissociáveis um do outro.

3.2 Cultura, linguagem, identidade e o discurso

A Cultura para Geertz (1978), é a teia simbólica que cada indivíduo constrói o sentido de sua existência em sociedade. É o conjunto de significados constituídos que permite serem feitas conexões a partir das quais surgem novas inferências, o que confere à cultura um caráter processual.

Se a Cultura é uma teia simbólica, está, portanto, evidentemente relacionada à Linguagem. Pois é através do processo lingüístico que surge a possibilidade de simbolizar, ou seja, a cultura tem um caráter semiótico. A própria forma com que esta maleabiliza-se advém da relação estabelecida entre os signos.

A linguagem possibilita a Cultura, enquanto a Cultura, como teia simbólica, permite a superação lingüística, a própria evolução da linguagem, já que a Cultura é a responsável pelo processo relacional que gera um novo conjunto simbólico (novo estado semiótico). É fácil notar a relação da linguagem com a construção cultural, pois uma pessoa com um repertório de 8 mil signos (palavras, por exemplo), conseguirá fazer um maior número de inter-relações entre os significados do que aquele que possui um repertório de 800 signos.

A Cultura, como a concebemos, perpassa uma estância intersubjetiva. Assim que o indivíduo nasce entra em contato com um mundo no qual já há um contexto simbólico estabelecido pelos “outros”. Essa aproximação faz com que o ser capte a realidade intersubjetiva (que extrapola o indivíduo, compondo a realidade coletiva), projetando-a em si, quando ocorre o processo de formação da subjetividade. A subjetividade, por sua vez influi na intersubjetividade, já que esta é a própria relação entre diversas estâncias subjetivas. Evidenciando, assim, o caráter dialético cultural. O período anterior justifica dizer que a linguagem é uma arena onde vozes, diferentemente orientadas, se chocam e produzem um novo discurso.

Logo, se advinda da relação entre as subjetividades, é necessária a existência do Outro. Nessa relação com o Outro construímos nossa própria identidade. Para nos distinguirmos do Outro edificamos, em um dado contexto,

fronteiras simbólicas, e simbolizar, como supracitado, é uma capacidade concebida pela Cultura e pela Linguagem. Ao mesmo tempo a Cultura é o processo dessa edificação, já que erigir é um ato simbólico, portanto cultural e semiótico.

A identidade cria a cultura enquanto esta justifica aquela. Essa relação forma as declarações identitárias, que estão mais para uma busca do que para um fato (AGIER, 2001). A identidade é, então, contextual e situacional. Cultura, Linguagem e Identidade estão, portanto, dialeticamente ligados.

Portanto o Eu é, com o auxílio da Linguagem, formado a partir do Outro. Nesse âmbito constata-se a impureza do discurso e como uma pessoa tem seu discurso influenciado por uma determinada situação. Neste sentido, Bakhtin escreve: “Toda manifestação oral é produto da interação dos interlocutores e, amplamente falando, de toda a situação complexa em que se deu” (*Apud* STAM, 1992, p. 13).

Se formar a identidade significa erigir barreiras simbólicas para significar o mundo circundante expomos traços e atitudes que decorrem deste processo. Assim como o homem é um produto psicológico, biológico e histórico-social a identidade de um governo também é balizada por sua cultura e circunstâncias nas quais está inserida.

No caso da identidade governamental as atitudes são identificadas pela população através de um ato interpretativo. O governo requererá uma identidade, que é aquela que clama para si, contudo, não necessariamente será a identidade percebida por seus interlocutores, pois, a percepção dos fenômenos perpassa a instância subjetiva. Na comunicação o mais importante não é o que se diz, mas sim o que é entendido pelo seu interlocutor.

O processo de decodificação e interpretação de uma mensagem parte da cultura do receptor, o repertório do intérprete direcionará a maneira como ele reconhecerá e significará o recado que lhe fora passado. Há tantas percepções quanto pessoas no mundo, ou seja, cada ente é um ser comunicacional que receberá a informação de maneira única.

Assim a Cultura direciona a significação que o indivíduo construirá acerca da identidade requerida por sua instância representativa. Este processo, no qual as identidades projetadas, principalmente em termos de aspirações pessoais, atingem um objeto – a identidade do governo, no caso – é denominado identificação.

3.2.1 As culturas nacionais e seu discurso de unificação

A cultura nacional exerce grande importância na composição da identidade cultural. Hodiernamente o mundo é dividido em várias nacionalidades, e, embora não seja inerente ao homem, essa classificação, por ele mesmo forjada, apesar de não possuir um caráter determinante, imprime distinções entre os indivíduos.

[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *idéia* da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (SCHWARZ, 1986, p. 106).

A nação possui uma língua vernacular como principal meio de comunicação, possui instituições culturais comuns e também se compõe por símbolos e representações. A cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia até mesmo a concepção que temos de nós mesmos, e ao produzir um sentido de nação cria um aparato com o qual podemos nos identificar. Portanto, a identidade nacional é “uma comunidade imaginada” (HALL, 2006, p. 51)

O mesmo autor indica, dentre muitos, cinco aspectos de como é contada a narrativa nacional o discurso que procura consubstanciar características comuns aos indivíduos, para gerar uma identidade que os agrupe em uma *idéia* de identidade nacional:

- *Narrativa da nação*: é contada na história e literatura nacionais e divulgada nas mídias e na cultura popular. Composta por histórias e eventos históricos que simbolizam experiências compartilhadas e dão sentido à nação. Como membros dessa “comunidade imaginada” acreditamos ser parte disso e nos conectamos a um destino nacional que nos antecede e continuará a existir, mesmo depois de nossa morte.
- Ênfase nas *origens, continuidade, tradição e intemporalidade*: o caráter imutável e eterno atribuído às características nacionais, não obstante as vicissitudes da história.
- *Invenção da tradição*: uma estratégia discursiva na qual as tradições, muitas vezes inventadas, representam um conjunto de práticas simbólicas que buscam incutir valores e normas por meio da repetição (caráter

ritualístico) e implicam na continuidade de um passado histórico que parece ser adequado, mesmo no presente.

- *Mito fundacional*: uma história que localiza a origem da nação, do povo e seu caráter nacional.

- *Povo original*: a identidade nacional muitas vezes é, simbolicamente, baseada na idéia de um povo original, puro. (HALL, 2006, pp. 52-56).

O discurso da cultura nacional constrói identidades que são colocadas entre o passado e o futuro. Remete ao passado para aglutinar e unificar com vistas a um avanço para o futuro. Trata-se de um discurso fundado no presente do passado e no presente do futuro, uma motivação vinculada à circunstância presente que remete ao passado sob o olhar do interesse de hoje, uma busca no passado por elementos que facilitem a busca por um futuro à imagem da vontade do atual governo ou “vontade nacional”.

A palavra “nação” (derivada do latim *natio* de *natus* - nascido) refere-se tanto a um estado-nação quanto a um domicílio e a sensação de pertencimento. A identidade nacional simboliza a união de ambos os conceitos: ser membro de um estado político e a identificação com a cultura nacional.

O discurso da cultura nacional procura uma identidade unificadora e de identificação simbólica, surge como um aparato inabalável ao qual sempre podemos nos apoiar, algo que preenche de significado e glória nossas vidas cotidianas. Entretanto a cultura nacional não é realmente unificada, e advém de uma estrutura de poder cultural. Muitas das culturas nacionais surgiram após uma cultura impor-se a uma outra, por meio de um processo de unificação configurado pela conquista e violência.

Além dessa unificação “forçada” a cultura nacional é composta por várias classes sociais, grupos étnicos, gêneros e etc.

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto – como nas fantasias do eu “inteiro” de que fala a psicanálise lacaniana – as identidades nacionais continuam a ser representadas como unificadas. (HALL, 2006, pp. 61-62)

Assim, podemos descartar a idéia da nação com uma identidade cultural unificada. Trata-se de um discurso de uma cultura nacional que pretende tecer as

diferenças em uma única identidade, que, vale ressaltar, está sempre envolta em uma correlação de forças na luta por sobrepor entre seus elementos, para sobrepor-se uns aos outros em uma dialética na qual de é constante o jogo pelo poder.

3.2.2 Identificação dirigida

O processo de identificação está envolto por uma situação complexa e delicada, pois, uma vez que a Identidade não pode ser auto-produzida, por ser fruto de um processo dialógico e dialético com a alteridade, qualquer mudança externa ou interna pode alterar a identidade do governo. Se a própria Cultura e identidade governamentais são processuais, o processo de identificação dos governados sofrerá alterações, na medida em que é uma relação direta com a identidade do governo e outras formas de representação cultural que cercam o indivíduo.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13)

Faz-se necessário, então, o gerenciamento constante desta relação para garantir que a projeção de expectativas direcionadas à política seja positiva e capaz de garantir afiliação e vinculação. Para tanto é importante conhecer o conceito de identidade do “sujeito sociológico” e do “sujeito pós-moderno”.

Hall (2006) define o sujeito sociológico como aquele possuidor de uma essência real, cujo “núcleo” não é autônomo e a identidade é formada por meio da interação com o mundo exterior.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. (HALL, 2006, pp. 11-12)

Embora a concepção de identidade do sujeito sociológico tenha sido ultrapassada pela do sujeito “pós-moderno”, cuja identidade não é unificada e

estável, mas sim uma composição entre várias identidades, “algumas vezes contraditórias e não-resolvidas” (HALL, 2006, p 12), ainda é substancial a “necessidade” de alinharmos nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social.

Portanto, embora seja notada a efemeridade do processo de identificação, há fortes laços com determinada posição dentro do contexto social e cultural. Por exemplo, um metalúrgico, além de ser um metalúrgico desempenha outras funções como: ser pai, marido, pertencer ao sexo masculino, ser branco ou negro, possuir determinada religião, etc. Embora possua várias identidades, não necessariamente condizentes, ele possui amarras ligando todas elas e o político, ou sua equipe de assessoria, busca tomar conhecimento deste amálgama para procurar aplicar maior assertividade ao seu discurso, em busca de empatia. Esta asserção pode ser aduzida para o âmbito governamental no que tange à identidade a ele atribuída, pois o processo de identidade e identificação é o mesmo.

Dutton (1994), fala sobre a identificação dos indivíduos em relação às organizações e em sua tese propõe um esquema interpretativo, os 13 P's, seguido pelos indivíduos em contato com a organização:

P1 – O melhor atrativo da identidade organizacional é fortalecer a identidade das pessoas;

P2 - A maior consistência entre os atributos dos membros é definir a imagem da organização como uma maior forma de identificação de um membro;

P3 – A maior distinção se estabelece no processo de relação com outras organizações e fortalece a identidade dos membros da organização;

P4 – A imagem mais forte da organização se constrói com a auto-estima de seus membros, e se apóia na força dos membros para a identificação organizacional;

P5 – Quanto mais contato um membro tem com a organização (em termos de intensidade e duração) maior a atratividade da percepção da identidade organizacional e a força da identificação organizacional;

P6 – Quanto maior a atratividade de uma construção da imagem externa da organização, mais força tem a identificação organizacional do membro;

P7 – Quanto maior a visibilidade de uma filiação com a organização, mais forte é a relação entre a atratividade da percepção da identidade organizacional e a identificação dos membros;

P8 – Quanto maior a visibilidade de uma filiação do membro com a organização, mais forte a relação entre a atratividade da construção da imagem externa e a identificação organizacional dos membros;

P9 – Quanto maior a força da identificação organizacional, mais os membros avaliarão a percepção da identidade organizacional e a construção da imagem externa como atrativo;

P10 – Quanto maior a força da identificação organizacional, mais um membro procurará contato com a organização;

P11 – Quanto mais forte for a identificação organizacional, maior será a cooperação do membro com outros membros da organização;

P12 - Quanto maior a força da identificação organizacional, maior o comportamento de competitividade do membro em direção aos membros de outros grupos;

P13 – Quanto maior a força da identificação organizacional, mais o comportamento de cidadania organizacional.

Para melhor compreensão do esquema interpretativo, os 13 P's serão detalhados a seguir:

P1 – O melhor atrativo da identidade organizacional é fortalecer a identidade das pessoas;

O maior atrativo que o governo ou ator político pode oferecer é fortalecer a identidade das pessoas, pois, a partir do momento em que o indivíduo reconhece a si mesmo dentro da situação política, ele está apto a reconhecer o governo ou governante que propõe tal circunstância.

Essa situação é uma consequência paradoxal de nossa hodierna realidade midiática. De acordo com Agier (2001), em um mundo onde a informação é simultaneamente recebida e acessada em todas as partes do globo, onde diversas culturas se tocam e até se chocam, poderia haver, dentro desse hibridismo cultural, um enfraquecimento na identidade dos indivíduos e grupos já que as culturas podem se confundir. Contudo, se o processo identitário (como explicado no início deste subitem) é constituído na relação com o outro, por meio das fronteiras simbólicas que edificamos, quanto maior o contato com culturas distintas, maior será o número de referências a partir das quais reforçaremos nossa própria identidade.

Isso gera, principalmente na sociedade atual, uma enorme complexidade cultural e conseqüentemente, identitária e lingüística. Se a identidade de um povo é complexa e estratificada a união é buscada por meio de aspectos comuns:

P2 - A maior consistência entre os atributos dos membros é definir a imagem da organização como uma maior forma de identificação de um membro;

Exatamente este recurso é utilizado para criar uma noção de brasilidade, de uma identidade maior capaz de aglutinar todos os brasileiros, como discutido no sub-item “2.2.1 As culturas nacionais e seu discurso de unificação”.

P3 – A maior distinção se estabelece no processo de relação com outras organizações e fortalece a identidade dos membros da organização;

O candidato procura distinguir-se dos concorrentes a fim de figurar como sujeito singular merecedor de crédito por ser diferente dos demais. Caso o pleiteador (candidato) não difira em orientação política, suas propostas terão maior peso em seu destaque. Se ambos os elementos anteriores forem similares ao de outrem sua capacidade de despertar empatia deverá prevalecer.

Desta feita notabiliza-se a importância da pesquisa eleitoral, pois cada expectativa do eleitorado (quanto à simpatia perante a: oposição ou situação; perfil de governante, carisma, etc.) constitui elemento preponderante no planejamento estratégico – posicionamento do pleiteador.

P4 – A imagem mais forte da organização se constrói com a auto-estima de seus membros, e se apóia na força dos membros para a identificação organizacional;

Os membros da nação, ou outro nível de organização política, devem ser reconfortados, se auto-afirmarem dentro do plano social, isto é, perceberem que suas aspirações e necessidades possuem valor para seus representantes. O

reconhecimento de si parte, basicamente, da percepção das semelhanças e diferenças em relação ao outro. Para se definir, o Eu precisa diferenciar-se do próximo, paradoxalmente o outro é referência para a construção do Eu.

Esta auto-estima será o laço usado para tentar “amarrar” e fortificar a identidade nacional, pois a lógica do reconhecimento do Outro parte, precipuamente, deste reconhecimento de si mesmo, uma vez que a identidade é construída na alteridade. Desta forma a nação constituirá uma identidade mais aglutinadora na medida em que possibilitar uma elevada auto-estima.

P5 – Quanto mais contato um membro tem com a organização (em termos de intensidade e duração) maior a atratividade da percepção da identidade organizacional e a força da identificação organizacional;

Quanto mais próximo estiver do governo, maior a miopia do governado, pois o afastamento é que garante a neutralidade e criticidade do indivíduo. Projetos assistencialistas, apesar de serem paliativos, permitem à população mais carente essa proximidade com o governo, suscitando assim uma maior possibilidade da atribuição de uma identidade positiva.

P6 – Quanto maior a atratividade de uma construção da imagem externa da organização, mais força tem a identificação organizacional do membro;

Manter uma boa imagem externa, seja de uma cidade em relação às vizinhas - de um estado em relação a outros, ou de um país diante do resto do mundo -, não traz apenas frutos externos, mas também uma vantagem endógena. Uma vez que na medida em que a unidade (cidade, estado ou país) do indivíduo é bem vista por fora, ele também a enxergará de maneira positiva, pois um dos princípios da vontade humana é ser reconhecido pelos demais (deste ponto procede a própria existência de grupos). Portanto, uma boa imagem externa garante o fortalecimento da imagem interna.

P7 – Quanto maior a visibilidade de uma filiação com a organização, mais forte é a relação entre a atratividade da percepção da identidade organizacional e a identificação dos membros;

Quanto mais visível e anunciada for a aceitação e filiação ao governo, mais confortável se sentirá o cidadão ao possivelmente avaliar positivamente a identidade da organização, pois, agradar a tantos outros sugere a existência de uma condição benéfica aos afiliados.

P8 – Quanto maior a visibilidade de uma filiação do membro com a organização, mais forte a relação entre a atratividade da construção da imagem externa e a identificação organizacional dos membros;

Concomitantemente, a divulgação da afiliação, além de sugerir condição favorável ao membro e garantir a “boa impressão” e uma atraente imagem externa fortalece a identificação com o governo dos já afiliados. Portanto, a divulgação de dados favoráveis não só atrai a simpatia dos ainda não-filiados, como também aumenta a sensação de pertencimento dos já membros por conta do já mencionado princípio humano de querer ser reconhecido pelos demais, colocando os já membros numa posição de maior conforto e comodismo.

P9 – Quanto maior a força da identificação organizacional, mais os membros avaliarão a percepção da identidade organizacional e a construção da imagem externa como atrativo;

Quanto mais afinada a projeção de aspirações do cidadão estiver com a identidade do representante, mais aquele avaliará a construção de uma boa imagem externa como um atrativo, pois, na medida em que a unidade (candidato ou governo) o representa, passa a ser, dele, uma extensão. E, como supracitado, o indivíduo requer para si uma imagem positiva (de acordo com o que considera positivo dentro de seu repertório cultural).

;

P10 – Quanto maior a força da identificação organizacional, mais um membro procurará contato com a organização;

Aqui deparamo-nos com um fenômeno cíclico. Quanto mais possível for ao representado projetar suas expectativas na identidade do representante, mais ele o fará e disseminará sua vontade, trabalhando como uma mídia de dispersão positiva.

P11 – Quanto mais forte for a identificação organizacional, maior será a cooperação do membro com outros membros da organização;

Na medida em que o membro está filiado à sua unidade representativa, mais cooperará com os outros membros, quanto maior a filiação mais fácil é para o filiado encontrar os valores singulares àquele governo ou candidato.

A partir de delimitados os valores mais fácil a identificação com os outros membros que serão – a partir da idéia de valor comum – discerníveis dos demais. Pois a empatia é despertada entre semelhantes, uma vez que se formos “trocar” de lugar com alguém é mais fácil colocarmo-nos no lugar mais próximo - o ser que identificamos como similar, que defende os mesmos valores, pertence à mesma classe, etc. Essa similaridade é incutida com o auxílio de um discurso unificador, que procura aglutinar os membros dentro de uma ordem maior do que eles, o governo como a “comunidade imaginada” (HALL, 2006). Logo, quanto maior for a identificação com a estância representativa, mas fortes e notáveis ficam suas características nos demais membros.

P12 - Quanto maior a força da identificação organizacional, maior o comportamento de competitividade do membro em direção aos membros de outros grupos;

Essa afirmação é facilmente verificável, basta tomarmos como exemplo países xenofóbicos, como os EUA e a Alemanha nazista, e constataremos o trabalho de auto-afirmação empreendido por tais governos em seus planos de comunicação

para mostrar que os outros países eram diferentes, menos passíveis de identificação empática. Deste aspecto também decorre o princípio de unidade de governo como “comunidade imaginada”, um grupo de pessoas ligadas por um sentido simbólico de realidade semelhante que as une, permitindo que o “público” aproxime-se do sentido de “privado”, tornando semelhantes todos aqueles que aderiram à “idéia” do governante.

A sensação de pertencimento a essa “comunidade imaginada” pode, por exemplo, garantir a empatia por determinado partido, assegurando-lhe maior vantagem no próximo pleito eleitoral.

P13 – Quanto maior a força da identificação organizacional, mais o comportamento de cidadania organizacional.

A identificação assume um caráter de compromisso, contudo, não necessariamente com a nação, estado ou cidade, pois, se não há o espaço para o livre debate e crítica ao Estado, municiado por acesso irrestrito a informações verossímeis, o representado não possui as condições mínimas para florescer como cidadão no sentido irrestrito da palavra. Figurará apenas como um indivíduo que acredita exercer sua cidadania, mas dentro de preceitos limitados pelo discurso do estado ou demais centros de poder.

Essa circunstância denota a superficialidade da educação cívica ministrada pelo governo que busca imprimir uma identificação com a nação (ou outro conjunto politicamente organizado, como a cidade) fazendo uso desse discurso para unir seus seguidores, não em prol do Estado, mas sim do governo – aqui tido como conjunto de representantes e interesses que ocupam o poder buscando a manutenção de suas posições privilegiadas.

A identidade de uma organização ou governo é o elemento estratégico mais visível. É o alicerce da imagem segundo, Chajet (1989, p. 18):

A identidade corporativa é o elemento mais visível da estratégia corporativa, assim como o mais importante para a imagem da empresa. Caso seja apropriadamente gerenciada, a identidade corporativa pode melhorar a forma como a empresa é vista pelo público. Se a imagem não é reflexo da identidade pretendida, algo está errado, sendo necessário alterar a identidade. Um programa significativo de identidade corporativa pode tornar melhor e mais atrativa a imagem da organização.

Ao falar da imagem da corporação, Chajet (1989), fala sobre alterar a identidade da organização para obter a imagem desejada, no âmbito governamental essa possibilidade encerra uma problemática grave. Trata-se justamente da construção da identidade do governo (corpo representativo e não o Estado no sentido de nação). Como vimos anteriormente a identidade é construída dentro do processo de comunicação - abarcando a cultura – e o que observa-se atualmente, é a construção de um discurso que usa o legado histórico-cultural de um povo como “pano de fundo” para a criação de uma identidade e, posteriormente, imagem de um governo descolado da necessidade pública. Neste sentido a política de governo e sua estratégia de comunicação não têm compromisso com o interesse público, mas sim com interesses particulares.

O ideal do poderoso sempre foi o de ver cada gesto e escutar cada palavra dos que estão a ele submetidos (se possível sem ser visto nem ouvido): hoje este ideal é inalcançável. Nenhum déspota da antiguidade, nenhum monarca absoluto da idade moderna, apesar de cercado por mil espiões, jamais conseguiu ter sobre seus súditos todas as informações que o mais democrático dos governos atuais pode obter com o uso dos cérebros eletrônicos. (BOBBIO, 1986,p. 30)

A própria preocupação com a criação de uma imagem às vistas de uma identidade construída com base em pesquisas, denota a intenção de agradar o eleitorado sem o intuito de permitir que esse mesmo eleitor efetivamente construa a identidade do governo.

A cultura organizacional é concebida como conjunto de crenças, valores e pressupostos básicos expressos em elementos simbólicos, que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto age como elemento de comunicação e consenso, como oculta e instrumentaliza as relações de dominação (FLEURY, 1989, p. 22)

De todo o processo de identificação decorre uma imagem, a construção simbólica engendrada pelo interlocutor, um reflexo da identidade “demonstrada” por meio de ações. A imagem é um ativo intangível e abstrato construído por cada interlocutor e, por ser a representação simbólica que cada um faz da realidade, é distinta para cada pessoa, mesmo que o objeto de identificação em questão seja o mesmo.

A variabilidade da imagem constituída depende do repertório de cada interlocutor, pois a cultura direciona a significação que o indivíduo construirá da acerca da identidade requerida por sua instância representativa. Para gerenciar a imagem faz-se imprescindível o estudo da cultura local, compreender os anseios e motivações de cada pessoa para então analisar a relação do governo, do corpo de governantes e das organizações autocráticas envolvidas com os públicos que constituirão a imagem da organização (ou governo) para, então, dialogar adequadamente com cada público.

Por conta do dinamismo do processo de formação cultural e identitária e sua constante vicissitude é importante a constante avaliação da imagem diante de cada um dos públicos, uma vez que a imagem é consequência dos processos anteriores ela está em constante movimento e são necessários planejamento e ajustes para mantê-la positiva e alinhada aos interesses organizacionais, sustentando a credibilidade política.

3.3 A esfera pública e os *media*

Todo esse processo comunicacional, por meio do qual surgem a Cultura, o Discurso e a Identidade, ocorre em um espaço denominado Esfera pública. A Esfera Pública situa-se entre o setor privado (sociedade civil) e o poder público (Estado) e é o espaço onde ocorre o debate social e, historicamente, o campo utilizado por vontades particulares para estabelecer uma opinião pública.

Para Martins (2008), dado o grande desenvolvimento urbano, a ascensão dos meios de comunicação e o advento da globalização na era da informática, surge o “consumismo cultural” que adentra a intimidade da família. Os cidadãos não conseguem mais acesso direto à sua ampla e complexa realidade que passa a ser mediada pelos meios de comunicação (mídia impressa, televisão, rádio, internet, etc.). Esse consumismo e dificuldade de contato direto com os fatos não implicam na impossibilidade de criar outros canais para o debate público, nem mesmo que os atuais meios de comunicação não possam ser utilizados para tal discussão, pois o maior problema é a maneira dirigida e parcial como esse espaço é utilizado.

Dessa maneira, os *media* tornaram-se o palco para o debate público e passam a orientar o sujeito urbano por meio de representações da realidade. A democratização desses espaços de discussão na esfera pública é imprescindível

para a obtenção de uma Democracia mais próxima da ideal. Contudo, os *media* são guiados por vontades particulares em detrimento da vontade pública e tendem a orientar o cidadão para a visualização de um simulacro da realidade.

Os setores privado e Estatal formalizam acordos, buscando, através da publicidade manipulativa, o assentimento dos indivíduos. No âmbito da iniciativa privada, o fenômeno pode ser explicado pelas necessidades de consumo e força motriz do lucro comercial na social-democracia (capitalismo). Na esfera estatal, tal ânsia pela anuência pode ser explicada através da ampliação do eleitorado, detentor do direito ao voto. Coloca-se aí o jornalismo manipulativo-plebiscitário, que emerge quando o contrato entre governos e movimentos populares é substituído pelos *media*. (MARTINS, 2008, p.17)

Assim, os *media* ressignificam a coisa pública sob uma lógica publicitária e adaptam a imagem do político àquela apontada nas pesquisas de opinião. Então, o debate e a reflexão profunda da realidade social são substituídos por um produto de ordem mercadológica.

É por essa importância central assumida pelos *media* nas sociedades urbanizadas que a constituição de uma esfera pública democrática (e, conseqüentemente, de uma opinião pública) precede a independência funcional dos *media*. O favorecimento a determinado setor, organização, poder ou grupo de indivíduos é desfavorável à constituição de um espaço público democrático, o qual, nas sociedades hodiernas, tem nos *media* seu principal instrumento de ação. Assim, o atrelamento dos meios de comunicação aos governos e sua subordinação a anunciantes potenciais torna inviável a constituição de uma publicidade que possa provocar a crítica e a reflexão popular (aliada à democratização da educação e do acesso aos *media*), o que poderia torná-los um contrapoder capaz de intermediar o debate entre cidadãos e superestruturas. (MARTINS, 2008, p. 18)

Desta forma, a Política, por meio dos *media*, faz uso de uma publicidade manipulativa, apresentando o poder público, uma opinião e a busca por um consenso, de forma contrária à publicidade crítica e democrática que deve propiciar o espaço para criticar a política, discutir e gerar opiniões, configurando, assim, a Democracia social. Essa comunicação originada por um interesse particular não discute fatos, mas os apresenta adjetivando-os à sua maneira e omitindo-os quando convier, ou seja, não *media*, mas transmite informação.

Sumariando, o espaço onde ocorre a discussão acerca da coisa pública alicerça-se sobre a comunicação, mediando informações que, ao chegarem ao receptor orientarão sua organização simbólica. Essa Esfera Pública está

contaminada por interesses particulares de alguns centros de poder, cuja eficácia discursiva facilita a imposição de suas vontades. Tal parcialidade comunicacional fora indiretamente criticada por Bobbio (1986), ao comentar a falsa “expansão da democracia” medida pelo número de pessoas que podem votar e escolher seu representante, quando a Democracia precisa, essencialmente, ampliar o espaço de exercício do poder do cidadão (permitindo-lhe ser o sujeito que constrói sua vida cotidiana) levando-o, principalmente, a atuar na esfera pública, gerando discussão e opinião para deixar de consumir uma opinião pública formatada por outros.

3.4 O carisma político

Compreendendo melhor o processo de formação lingüístico-cultural-identitário por meio de um discurso gerador de uma imagem pretendida e planejada, podemos entender como o carisma permite a um político consolidar sua posição de liderança e o processo pelo qual ocorre.

O carisma é uma das capacidades de liderança exercida pelo político dentro de um regime de governo, principalmente no democrático. Trata-se de uma capacidade ligada ao íntimo dos interlocutores, pois lida com o mundo abstrato e subjetivo das emoções humanas, ideário e valorativo pertencente à cultura. Mesmo o carisma partindo de um mundo subjetivo e emocional a ação política dos líderes carismáticos também está vinculada à razão, pois os processos de construção subjetiva do sujeito partem de uma realidade racional, mesmo quando mediada e dirigida essa realidade possui aspectos objetivos, pois, a identidade também possui o papel de vincular o homem a seu lugar objetivo dentro do meio social.

Além desse aspecto objetivo a análise e o planejamento de da construção de uma imagem constituem uma das características racionais do carisma. Igualmente, a confiança depositada em um político parte do reconhecimento de certas virtudes e atitudes que se esperam em seu mandato (AYALA, 2001).

O vocábulo “carisma”, banalizou-se e popularmente: “Utiliza-se para se referir a um atributo da personalidade, necessário para conseguir êxito social e sua aquisição é difundida por diversos manuais dirigidos ao grande público.” (AYALA, 2001, p. 13).

A partir da banalização, o carisma passa a ser um recurso racionalmente utilizado para construir uma imagem positiva e legitimar a liderança política. Essa ferramenta de fascinação universal que visa, a partir da liderança carismática, obter a liderança burocrática faz uso dos *medias* (como televisão, propaganda radiofônica, meios impressos e mídias sociais) para atingir distintos públicos, em busca de uma aceitação majoritária.

Na Democracia o líder carismático traz para seu partido os votos de um grande número de eleitores indecisos, que dedicam sua escolha ao partido por causa do carisma de um candidato, isso decorre da transferência da identidade para uma instância superior, o partido passa a ser identificado pelo eleitor como uma extensão das virtudes percebidas no político. Resguardadas as devidas proporções, o partido funciona como uma organização que aglutina pessoas em torno de ideais, história e valores comuns: uma “comunidade imaginada”.

No caso de nosso sistema eleitoral, esse maior número de votos também possibilita, pelo princípio da legenda, a eleição de um político do mesmo partido que tenha recebido um número insuficiente de votos.

Considerando as distinções sociais e dualidades inerentes ao sistema político-democrático-capitalista, a ambigüidade é um atributo a serviço do líder político carismático (AYALA, 2001). Uma vez que nesse cenário o *lobby* exercido por grupos de pressão, política e economicamente influentes, influenciam na tomada de decisões políticas, o político carismático procura fazer uso da “ambigüidade” política para agradar, tanto os grupos de pressão, como o eleitorado, para manter sua imagem carismática.

É preciso destacar que num mundo mediado pelos meios de comunicação a principal fonte de conhecimentos e compreensão do mundo, para a maioria da população, é a televisão. A imagem e mensagem dirigidas às massas [...] são elementos fundamentais para conseguir carisma. (AYALA, 2001, p. 20)

De acordo com Ayala (2001), essa dependência dos meios de comunicação, principalmente da televisão, ao qual se sujeitaram os políticos transformou as eleições em um vídeo-espetáculo:

Todos os elementos ou fatores de irracionalidade e demagogia utilizados na arquivancada do político podem desenvolver carisma. Contudo, a irracionalidade é uma arma de duas vias, pode se tornar um elemento de

atração popular, mas pode ser rejeitada por outros setores da sociedade que não são, necessariamente, mais instruídos, são simplesmente favoráveis a outros interesses e sensíveis aos apelos de outros líderes. Também, é possível mostrarem-se desinteressados e apáticos em relação à vida política e, portanto, optar pela continuidade política. (AYALA, 2001, p. 21)

Neutralizar o carisma de oponentes políticos, o diálogo com setores em conflito, o estabelecimento de um discurso de protesto e confiar a si a resolução do problema, são alguns dos recursos utilizados pelos candidatos. Assim, sua imagem e discurso são legitimados ao seguirem as regras do jogo democrático.

A imagem adotada pelo líder político é um fator estreitamente relacionado com a construção do carisma. Toda imagem é uma construção de um bem pessoal, ou coletivo, que visa demonstrar a importância dos atores sociais, sua situação e capacidade acima de uma maioria. O líder transmite para um país ou um grupo, elementos simbólicos com os quais seus seguidores se identificam e, por sua vez, legitimam-no em seu cargo. Portanto, é possível afirmar que o carisma do cargo se legitima não apenas pela posição institucional e pelo discurso político, mas também pela imagem, gestos e forma de se mostrar em público. (AYALA, 2001, p. 23)

O carisma político, na sociedade contemporânea, é midiático. O processo carismático deixa de ser construído a partir do diálogo e passa a ser criado para as massas pelos assessores de mídia, para atingir um grande número de seguidores. Configurando um produto originado por estratégia e planejamento racionais que procuram dar conta das mudanças sócio-culturais com a sistemática manutenção e gerenciamento da imagem política.

Contudo, levando em consideração o caráter transitório da identidade cultural de um povo e sua heterogeneidade o trabalho é direcionado para conquistar não apenas pequenos e múltiplos grupos, mas uma maioria da totalidade de votantes.

Essa dificuldade é diminuída em momentos de crise, pois, o simbolismo político encontra maior aceitação quando a possibilidade de melhora no campo social, político e econômico é mais evidente.

Pensando em discutir as crises sociais e uma provável prevenção ou amenização delas, Durkheim (2005) introduz à sociologia, no século XIX, o conceito de “anomia”. Essa definição remete à ausência de identificação com valores vigentes em determinado momento, uma “crise” de identidade enfrentada tanto em momentos de dificuldade como em situações de bonança. Ela ocorre em decorrência da complexidade cultural do indivíduo que possui além das

necessidades de primeira ordem – fisiológicas – as de segunda ordem – psicológicas. Enquanto as primeiras são limitadas, as necessidades de ordem psicológica não encontram limites, tornando assim maior a probabilidade de não serem atendidas. Quando o indivíduo não consegue enxergar sua conexão à identidade cultural que o circunda é possível o surgimento da sensação de vazio, então se instaura o estado anômico.

O carisma ordena a sociedade e, portanto, estabelece os eixos com os quais discutir e se sustentar. Em um momento de crise das estruturas sociais o carisma pode ser a alça com a qual enfrentar o presente, uma forma de reivindicar e tentar transformar o futuro. [...] O público (coisa pública) torna-se um substituto ideal para a união familiar e harmonia, uma realidade que pode substituir a ruptura e a desilusão. O carisma cria das cinzas uma nova identidade de um “eu” danificado ou em ruínas. Problemas sociais vêm com a modernidade: o isolamento social, a rápida transformação, a competitividade, ausência de valores, uma sensação de vazio e perda de laços familiares. Isso leva à supervalorização da nação como marco da participação comunitária, cujo centro é o presidente da nação. O carisma na sociedade ocidental torna-se uma válvula de escape para emoções e transgressão dos limites do ego. (AYALA, 2001, p. 197-198)

Por isso, quando o candidato não é aliado da situação que governa ele tende a criar um cenário de desaprovação à atual circunstância, mostrando que o eleitor que não tem espaço, nem suas reivindicações e necessidades atendidas no atual governo. Ao propiciar o distanciamento e incutir no eleitor a noção de que os valores do atual Estado não representam seus interesses, ele abre caminho para que seu carisma possa se tornar essa válvula de escape.

Em contrapartida, quando o político está vinculado ao poder vigente tem-se mostrado a opção pela constatação de uma relativa paz e prosperidade reinantes, para obter a vantagem de figurar como ferramenta de continuidade dessa situação.

Essa mediação da identidade e imagem do político não mitiga totalmente o que há de genuíno em cada personagem, mas pelo contrário, a maquiagem política tenta destacar essa genuinidade, entretanto, faz uso dessas características pessoais, reconstruindo sua imagem à luz de personalidades desejadas para fazer com que o eleitor se sinta representado.

Esse personagem “encenado” pelo político não atua sobre um texto pronto, mas improvisa sobre um subtexto composto pelo cenário histórico e da tradição. A habilidade de improvisar sobre o cenário cultural, aliada à capacidade representar segurança, bem-estar e prestígio para suas respectivas sociedades, gera o carisma.

Assim o governo depende mais da retransmissão de seus candidatos na televisão do que de seu programa político (AYALA, 2001).

4. Lula: a construção do carisma e imagem

O estudo da construção da imagem política encontra um prolífico campo analítico na figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre os conceitos anteriormente apresentados encontramos diversos princípios replicados na estratégia adotada em sua campanha eleitoral. Para exemplificar tais recursos, foi escolhido o documentário *Entreatos*.

4.1 O documentário *Entreatos*

O documentário *Entreatos*, dirigido pelo cineasta João Moreira Salles fornece rico material para uma análise do discurso político e as implicações decorrentes da participação de um grupo de assessores na campanha política. As gravações ocorreram nos 30 dias que antecederam sua eleição à presidência da República.

Cabe-nos salientar o caráter dialógico de toda e qualquer manifestação discursiva. Ocorrente também no documentário.

O documentário, antes de tudo, é um recorte, assumidamente um recorte, uma construção, uma produção de sentidos, de discursos. Não há acesso privilegiado ao real. Há formas de representá-lo, há maneiras de dizer como ele é. Não se trata de ciência ou algo racional. É arte. Existe linguagem, existe método, existe técnica, existe estilo. (XAVIER, 2010, p.01)

Portanto, o documentário apresenta-se como uma interpretação de fatos que têm seu contexto composto pela justaposição de diversos fragmentos. Como consequência surge um todo advindo de uma recriação dos fatos.

Reiterando a asserção acima, observamos que o modo de filmagem é o participativo, no qual o cineasta conduz o destino de sua câmera, filmando aquilo que deseja.

Logo, assim como o cineasta produz significações com sua obra, todos aqueles que sabem que estão sendo observados por uma câmera, como – no momento – o candidato Lula, procuram mostrar que o que está acontecendo ocorreria mesmo sem a presença das lentes. Uma inverdade, visto que todo e qualquer aspecto notado pelo agente discursivo influi na formação de seu discurso, que está sempre a dialogar com as vozes e situação que o cercam. Pois o homem é: sua cultura, seu aparato biológico e sua circunstância.

4.1.1 Comentando alguns trechos

A visão backtiniana relaciona linguagem e poder, como se estivessem em uma intersecção permanente, profundamente ligados. A questão da diferença lingüística envolvida com ordenações sociais faz com que exista uma interpretação da linguagem de forma hierárquica, existindo assim divergências no sentido de palavras de acordo com quem a pronuncia. Na relação de governantes e governados, quando um representante utiliza-se de expressões como “povo brasileiro” e por outro lado é chamado de “Sua Excelência”, existe uma forte presença dos arranjos hierárquicos na linguagem.

Em toda a parte a linguagem entra nos arranjos hierárquicos de poder. Cada palavra transforma-se na arena onde competem as entonações. A empregada se dirige à patroa como “senhora”, enquanto a patroa chama a empregada de “você”. A mesma palavra sendo pronunciada por um camponês, um operário, um intelectual ou um empresário, não é exatamente a mesma palavra. (STAM, 1992, p. 31)

O então candidato Lula, procura romper com esse tipo de entonação. Devido a suas influências socialistas, ele usava freqüentemente a palavra “companheiro” para fazer referência a seus parceiros. A tendência seria então que ao tornar-se candidato deixa-se de lado esse termo, já que deveria demonstrar certa autoridade, superioridade, segundo a visão hierárquica de linguagem e poder. No entanto, Luís Inácio continua utilizando a palavra, e dessa vez não apenas para tratar de parceiros políticos ou referir aos que possuem visão política semelhante à dele, mas sim para falar com todo o eleitorado brasileiro. Através dessa estratégia, o candidato deixa de demonstrar superioridade através da linguagem e coloca-se no mesmo patamar de qualquer cidadão do país. Essa postura adotada por Lula faz com que exista uma identificação da população com o candidato, olhando-o como uma pessoa semelhante a todos, como um candidato adequado para representar os brasileiros.

É observável a busca pelo rompimento da hierarquia lingüística, para atingir a mesma condição de seu possível eleitorado. Entretanto, ao ser por ele pronunciada a expressão adquire um significado específico, pois há uma historicidade que envolve sua figura. Sob a ótica desse aspecto diacrônico (caráter histórico-evolutivo) não há uma posição equivalente à de seu enunciatário, afinal, Lula é candidato à

presidência e ascendeu socialmente, o que implicou numa variação diastrática (posição social distinta) em relação a quem se dirige.

Bakhtin(*apud* STAM, 1992, p. 33) aponta que “a realidade da fala-linguagem não é o sistema abstrato das formas lingüísticas, não é o enunciado monológico isolado, mas o evento social da interação verbal”. Portanto, quando o ex-sindicalista usa o termo “companheiro” ele o aplica inserido em um discurso avesso ao de outrora, envolto em uma nova circunstância. Quando era líder sindical e dizia “companheiros”, a significação era uma, agora, quando repete a palavra, a significação é outra, exatamente pelo contexto.

Essa mudança aponta o caráter processual do discurso. Por ser polifônico, o discurso está em constante adequação às novas situações. Isso decorre do aspecto processual intrínseco à identidade. Se nossa identificação deriva de tudo que nos é extrínseco ela não é factual, pois a cada contato com novos referentes, discursos e circunstâncias mudamos nossa forma de pensar. Assim sendo, não podemos falar numa identidade concreta, mas de uma enunciação identitária (nosso conjunto de simbolizações e valores em dado momento), como defende Agier (2001).

Vista a identidade com um processo, a vicissitude do discurso é uma consequência, da qual Lula é um exemplo. Inclusive, já no segundo turno, Duda Mendonça apresenta a José Dirceu uma fala que escrevera para Lula e seria gravada para um comercial eleitoral. Então, Dirceu diz que a fala está ruim, que não é para o segundo turno por estar muito petista. Agora Lula tem que angariar votos de não petistas.

4.1.2 Enunciações

Agora analisemos uma das falas atribuídas ao então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2002.

(...) tudo que eu sou não é fruto da minha inteligência, não. É fruto da consciência política da classe trabalhadora brasileira. Na medida em que vocês evoluíram politicamente, na medida em que ficaram mais exigentes, tive o privilégio, quem sabe a graça de Deus, de ter aparecido no sindicato e virei o porta-voz de uma ansiedade que existia na classe trabalhadora. (SALLES, 2004, 08 minutos)

Trata-se de um personagem idealizado, construído nos moldes das expectativas dos eleitores oriundos de classes proletárias do país. Sua fala nos permite acreditar em uma suposta predestinação, uma consciência de si como uma pessoa incumbida dessa missão de concretizar um projeto político que satisfaça o grupo que o criou e deu suporte.

O eleitor identifica-se com a imagem do Lula, que o aproxima cada vez mais com seu discurso. Nesse ponto percebemos como o imaginário do povo contribui para a legitimidade da personalidade do candidato. As pessoas se identificam com sua trajetória de vida e até mesmo torcem para ver a ascensão e tomada do poder de um indivíduo com origem pobre, advindo de classes sociais menos favorecidas. Lula utiliza seu discurso como espelho do discurso social do povo, que se identifica com o candidato.

Essa postura é o que Bakhtin (*apud* STAM, 1992, p. 40) define como “discurso duplamente orientado”, ou seja, um discurso dirigido tanto para o objeto referencial da fala quanto para o discurso do outro. Lula dirige seu discurso para uma convergência com o discurso social.

Se o enunciador pode dirigir seu próprio discurso é natural que possa usufruir de discurso alheio para, seguindo sua vontade, dar força à sua própria enunciação. Um excelente recurso de reforço argumentativo é utilizar asserções que estejam documentadas, para conceder um caráter mais fidedigno ao que se fala. Conseqüentemente, o caráter polifônico que compõe todo e qualquer discurso é obliterado pela vontade do locutor de impor sua versão dos fatos, persuadindo aquele com quem fala. Desta forma toda argumentação tende à monofonia, pois

apesar de recorrer a diversas vozes, a intenção do enunciador é ressaltar a sua própria.

O intuito de utilizar esse recurso fica evidenciado, aproximadamente, aos 19 minutos, quando, segundo a Agência de Notícias do Estado, Roberto Setúbal fala bem de Lula. Mas Lula, ao ouvir de um de seus assessores que ele poderia ligar para Setúbal, diz que é melhor não ligar. Pois o ideal seria esperar que saísse na imprensa, uma vez que, se não documentada a informação, Setúbal poderia desmenti-la. A passagem demonstra que a imprensa, como documento, é uma das vozes que alicerçam – explicitamente – o discurso político. A imprensa retrata a política e, ao mesmo tempo, permite que esta fale de si.

Ainda em relação à apropriação do discurso do outro, enfatiza-se o cuidado ao utilizar a expressão “discurso alheio”. Já que um discurso só nos é estranho quando a nós não foi anunciado, uma vez que a partir do momento em que entramos em contato com qualquer enunciação podemos dela nos apropriar, seja para corroborar com nossa visão ou para ser refutada, fortalecendo nosso posicionamento.

Há uma cena fílmica em que Lula teme que se apropriem de fragmentos de sua fala, descontextualizando-a e distorcendo-a.

Quando a gente não tem responsabilidade, você não tá pra ganhar nada, então você não mede as palavras que fala no discurso. Mas agora, qual é o problema? É que você tem que medir cada palavra. Você fica sempre com medo do cara pegar uma palavra solta... mudar... Então você fica se policiando o tempo inteiro.(SALLES, 2004, 25 min e 26 seg)

A voz social altera o discurso do candidato que precisa suprir certas expectativas do eleitorado já conquistado, enquanto teme que um vocábulo, retirado de seu eixo sintagmático - por alguém da mídia-, provoque efeitos diversos do pretendido. É a circunstância alterando o discurso, novamente verificamos o “discurso duplamente orientado”.

Ao dirigir o discurso, o encaminhamos a alguém com quem estabelecemos um conjunto de relações: de gênero, de poder, diastráticas, diafásicas etc. A esses códigos que governam a interação verbal, Bakhtin (*apud* STAM, 1992) dá o nome de “tato”. Devido às relações elencadas é estabelecido um contato inicial com a mensagem proferida. A partir desse ponto o destinatário interpretará a mensagem do enunciado.

Olha... a grande frase do Duda numa reunião do PT. Se vocês estão tão certos, porque é que vocês não ganharam ainda? Se vocês acham que esse discurso de vocês é o perfeito, por que vocês não ganharam ainda? Aí o Duda pegou uma pesquisa que mostrava o seguinte: 67 por cento do povo, tinha medo da minha imagem de grevista, 70 por cento do povo era contra a reforma agrária violenta, apesar de ser favorável à reforma agrária. Então o que aconteceu? O Duda falou olha, em comunicação gente, o importante, não é o que a gente diz é como as pessoas compreendem o que a gente diz. (SALLES, 2004, 01 hora e 20 min)

Bakhtin (*apud* STAM, 1992) afirma não haver o absolutamente inconsciente, pois o assim chamado inconsciente seria, na verdade, lingüístico por natureza, e a linguagem é sempre social e histórica, portanto consciente. Por outro lado há teóricos que salientam a existência de material extra-lingüístico, corroborando com a teoria do inconsciente. Mas, deixando de lado qual a “verdade” sobre o assunto, atenhamo-nos à noção de discurso interno (inconsciente para Freud) e o discurso externo - das normas socialmente aceitas (STAM, 1992, p. 21).

A carnavalização seria exatamente trazer à tona o discurso interno, afastado das normas socialmente aceitas, tornando natural o marginal. O periférico e marginalizado Lula, ao empossar a presidência, traria consigo a subversão do discurso tradicionalmente aceito – no Brasil – no que tange à política presidencial. O candidato representava o oposto de seu antecessor.

A Lula é sugerido, por um de seus colegas, que, quando eleito, organize umas “peladas” no Palácio da Alvorada e sua resposta foi:

É, vamos colar uma trave naquele gramado verde (...) Aquele palácio é triste porque o Fernando Henrique Cardoso nunca jogou bola, ele não dança, não bebe um gole... Eu vou levar meus cabritinhos pra colocar lá. (SALLES, 2004, 27 minutos e 30 segundos)

No trecho, Lula posiciona-se como diametralmente oposto a Fernando Henrique Cardoso, uma inversão de valores no poder. Chegando a constituir uma paródia do, então, último presidente.

Obviamente, o contexto de descontração que imperava no momento em que ocorrera esta última fala do candidato deve ser ressaltado. Contudo, não se pode ignorar que o pronunciador de tais palavras sabia estar diante de uma câmera e satirizou o contexto.

4.1.3 A equipe de assessoria

Aqui verificaremos como a imagem do candidato é construída e orientada por sua equipe de assessoria composta por: publicitários, assessoria de imprensa, pesquisadores etc.

Na véspera de um debate, o cartaz na parede do escritório eleitoral aponta a pauta da reunião:

APRESENTAÇÃO

Momento de hoje – Duda (publicitário da campanha)

Regras do debate – Duda

Estratégia do debate – Gushi (membro da coordenação da campanha)

Postura do candidato – Duda

A preparação envolve diversos temas e procura moldar a atitude e o discurso do político, de forma a fazer com que ele desperte a máxima simpatia do eleitor.

São estudados o contexto do Brasil e a postura dos adversários. Além de ser dada atenção especial à postura que deveria ser apresentada por Lula, onde os pontos enfatizados eram: firmeza, coragem, espírito negociador, altivez, otimismo, “Lula como planejador do futuro do país”, “alguém que sabe exercer autoridade”, “não ser irônico nem arrogante” e, por fim, apresentar-se como quase vitorioso, mas não eleito. Essa minuciosa preparação para o debate retoma a idéia, proposta por Ayala (2001), do político carismático como um ator. O cenário sobre o qual “improvisar” é o “momento de hoje” - apresentado pelo publicitário da campanha – e a marcação para o imprevisto está sobre a égide da imagem esperada do candidato. Todo seu discurso é planejado. Assim o candidato era instruído a:

- Não assumir posição de ataque;
- Afirmar papel de oposicionismo, mas tendo consciência que a transição FHC/ Lula não poderá ser traumática;
- Demonstrar conhecimento da realidade brasileira;
- Mostrar preocupação com o povo, pois o conhece profundamente;
- Único candidato capaz de unir o Brasil.

Sumariando, o presidente é orientado em todos os seus passos. Nenhuma fala e entonação são desprovidas de intencionalidade. A equipe dita o que Lula deve ou não fazer. Suas atitudes seguem o princípio da descontinuidade política no sentido de negar a qualidade do atual governo, procurando demonstrar que o eleitor não está representado no atual governo. Lula precisa mostrar que, saído das camadas populares, é um brasileiro genuíno, como a maioria e usa sua história para construir em si um sentido de brasilidade e trazer à sua figura de líder o sentido aglutinador de nação, uma “comunidade imaginada” capaz de compreender toda a realidade brasileira.

Após a preparação é chegado o dia do debate e, para o acompanhamento deste, a equipe de assessoria, monta um grupo de observação em tempo real, para analisar a recepção do debate por parte dos telespectadores. São montados alguns desses grupos, nos quais um membro da equipe de Lula faz perguntas sobre o que está acontecendo no debate.

A partir das respostas dos telespectadores do grupo de observação, o candidato é orientado em tempo real. Em dado momento é dito que ele deve ser menos vago no início das respostas e elucidar a dúvida logo no início da enunciação.

Em seguida um membro da equipe de campanha, com base na percepção do grupo de observação ao vivo, aponta: “Não é que temos que fazer”. É vamos fazer, o que ele tá falando”. Lula deveria falar “vamos” no lugar de “temos que”, dando a intenção de maior engajamento e proximidade com a realidade.

Além disso, a equipe de Lula percebe que uma determinada forma de falar empolga o telespectador e orienta-o a falar dessa forma: “um ciclo virtuoso”, onde todas as idéias são concatenadas e há uma gradação no sentido ascendente.

Lula obedece:

E com esse modelo econômico que nós temos, não terá emprego. A indústria vai ter que voltar a produzir. A indústria produzindo começa comprando, vai gerar mais um emprego. Esse emprego vai gerar mais um consumidor, vai gerar mais um trabalhador e é assim que a gente vai fazer a economia brasileira voltar a crescer, fortalecendo o nosso mercado interno, aumentando as nossas exportações e garantindo que o povo brasileiro viva com mais dignidade, com mais respeito e seja muito mais feliz. (SALLES, 2004, 1 hora, 43 min e 25 seg.)

4.1.4 Cacofonia no debate

Durante o debate, os discursos de Lula e Serra se chocam, esse choque entre as vozes gera uma cacofonia. Serra tem uma linguagem mais erudita e polida, enquanto o petista é mais facilmente compreendido por uma grande parcela da população. O primeiro dá as costas a quem faz a pergunta, enquanto o segundo “olha nos olhos”. Como vimos, todos os aspectos formadores de discurso (escolha paradigmática, sintagmática, entonação, gestual etc.) são atentamente observados pela equipe da campanha política.

O desarranjo entre as vozes gera uma tensão, a partir desta surge um novo discurso construído pela equipe de Lula, de forma a tirar proveito do que os telespectadores verificam como positivo e criar uma nova estratégia que enfatize os “problemas” que o eleitorado verifica na postura de Serra.

4.2 A vitória de Lula

Com a reestruturação de sua estratégia eleitoral Lula é eleito à presidência, em sua quarta tentativa, com o maior número de votos da história - 52.792.865, 61,27 % dos votos válidos – (FOLHA ONLINE, 2011, s-p) graças à promoção de grandes mudanças em sua imagem. Detentor do segundo maior tempo de inserção televisiva no horário político (cinco minutos e dezenove segundos, representando 21,2 % do total) procurou dialogar com os públicos onde seu índice de rejeição era maior, evitando assuntos polêmicos que pudessem diminuir sua popularidade, retirando-lhe número de votos. Apresentou uma postura mais alinhada à direita, para poder angariar votos de centros de poder avessos à esquerda, como a FEBRABAN (Federação brasileira dos bancos) e BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) (FOLHA ONLINE, 2011, s-p).

5. Considerações Finais

A análise da realidade social e a constatação de seu caráter pluralista, multifacetado e fragmentado, traz à nossa percepção a existência do embate entre diversos centros de poder, tanto democráticos como autocráticos, sendo que o segundo intenta sua sobreposição ao primeiro, em decorrência da defesa de interesses particulares.

Inserido nesse contexto encontra-se um indivíduo constituído por processos subjetivos como a cultura, a linguagem e seu processo identitário. Contudo, esse sujeito, quando visto como simplesmente um eleitor é vítima de um processo de manipulação das informações que o desloca da posição de soberano no regime democrático para um lugar de menor integridade cívica, como a de um títere a serviço dos interesses de alguns centros de poder.

Nesse processo de construção simbólica o político é auxiliado por profissionais, dentre eles, profissionais de Relações Públicas e assessores de imagem otimizam o êxito da campanha. As técnicas aplicadas aos meios de comunicação podem tanto construir como destruir a imagem de um político, podem inibir a propagação de sua imagem simplesmente omitindo o candidato, como também podem desconstruir sua imagem carismática atacando sua credibilidade. É inegável o elevado patamar de dependência que política apresenta em relação às mídias, os meios que constituem a fonte de acesso do cidadão a uma realidade, mesmo que manufaturada.

Isso nos remete a uma importante questão: votamos no político que melhor representa nossos interesses ou votamos na melhor equipe de assessoria de imagem?

A questão política é muito delicada e, costumeiramente, a atuação da equipe de assessoria embora não vá de encontro a preceitos deontológicos da profissão (Código de Ética da categoria), conflita com o imperativo categórico da ética Kantiana. Pois, não é possível que todos tomem a conduta da manipulação do processo de identificação, trata-se de uma ação que não pode ser reproduzida e replicada por todos, portanto, antiética.

É importante para o profissional o conhecimento dessa lógica, pois, a política, por tratar do estabelecimento da hierarquia de poderes, existe desde o surgimento de agrupamentos humanos, dentro dos quais a única forma de organizar os

diferentes interesses e forças é fazendo uso da comunicação, portanto, comunicação e política são inseparáveis.

Desta forma, mesmo que não esteja ciente, todo cidadão participa da construção de sua realidade e não pode ser plenamente representado por outra pessoa, pois uma vontade não se representa.

Para explicar essa não-representabilidade precisamos entender que a representação é uma entidade que está por outra entidade. Quando há representação, no caso da política, o político eleito está agindo pelo eleitor. Assim, a representação é uma relação entre o político e o eleitor, logo, a inteligência que o representante fará daquilo que representa partirá de sua experiência de vida, portanto de um ângulo pessoal.

Ou seja, quando a representação ocorre há uma sobreposição de vontades e a vontade de quem a delegou não mais existe ou não mais está sendo levada em consideração. Donde segue que a soberania é inalienável.

Isso significa que individualmente somos seres políticos, pois o voto não esgota nossa responsabilidade como cidadãos porque, como visto, ninguém além de nós mesmos pode nos representar plenamente. Além dessa primeira responsabilidade individual o profissional de Relações Públicas acumula outra, a de ser diretamente responsável pela força político-comunicacional exercida por uma organização inteira!

Sumariando, devemos saber que o fazer político não é restrito às eleições e nós comunicólogos possuímos uma grande responsabilidade por representarmos um órgão vivo que se comunica e afeta outras vidas diariamente, um organismo munido de uma força política maior do que nós mesmos – um exercício da paradoxal arte de representar o que não pode ser perfeitamente representado.

Diante das presentes constatações a escolha do tema, acredito, mostrou-se pertinente e sua fundamentação em conhecimentos comuns às áreas da Comunicação Social é aplicável a diversas áreas das Ciências Humanas, atingindo assim o intento de articular diferentes áreas do conhecimento criando um aparato teórico elementar à análise da imagem política, utilizável por qualquer área da Comunicação Social.

Finalmente, alguns dos resultados buscados foram: integrar o conhecimento apreendido durante a graduação, complementar alguns vazios percebidos, necessários à análise do referido tema, e compor um quadro teórico consistente que

torna possível a análise da realidade objeto deste trabalho, ao fornecer referências que permitem articular teoria e prática na atuação profissional.

Referências

AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Mana., Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 Jul 2007. Pré-publicação

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

AYALA, Blanca Desdad. **Tese de doutorado: *El carisma político en la teoría sociológica***. Barcelona, *Facultat de Ciències Econòmiques i Empresariales. Universitat de Barcelona*, 2001.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia; Uma Defesa das Regras do Jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHAJET, C. **The making of a new corporate image**. Califórnia: Journal of Business Strategy, 1989.

CONFÚCIO, Kung-Fu-Tzu. **Diálogos**. Disponível em <<http://www.confucius.org/lunyu/langp.htm>> Acesso em: 17 abril 2010.

DUTTON, Jane E., DUKE em: RICH, Janet M., Harquail, Celia V. **Organizational Images and Member Identification**. Chicago: Administrative Science Quarterly, 1994.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

Folha Online. **Oposição e guinada ao centro fazem Lula e PT vencerem a primeira eleição presidencial**. Matéria disponível em

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/presidente-o_eleito.shtml> Acesso em 06 de outubro de 2011.

Folha Online. **Candidatos à presidência – Desempenhos**. Matéria disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos-desempenhos-segundo_turno.shtml> Acesso em 06 de outubro de 2011.

FLEURY, Maria.T.L. **Cultura e Poder nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.

MACHIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei, 1469-1527. **O Príncipe**. Maquiavel, tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MADJAROF, Rosana. **Zenão de Eléia**. Disponível em <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/zenao.htm>> Acesso em 25 de setembro de 2011.

_____. **Os Sofistas**. Disponível em <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/sofistas.htm>> Acesso em 25 de setembro de 2011.

_____. **Platão**. Disponível em <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/platao.htm>> Acesso em 25 de setembro de 2011.

MARTINS, Fábio Peres de Bernardo. **Da esfera pública burguesa à nova ordem social: o papel dos media**. 2008. Artigo disponível em < http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1172> Acesso em 08 de outubro de 2011

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MULTI-LINGUAL WEB SITE OF CON.FUCIUS PUBLISHING. <<http://www.confucius.org/mainp.htm>> Acesso em: 17 de abril de 2010.

PLATÃO. **A República**. 1 ed. São Paulo: Martin Claret, 2000.

ROUSSEAU, J.J. **Lês confecions**. Paris, Garnier Flammarion, 1958.

SALLES, João Moreira. **Entreatos**. 2004

SARDINHA, Antonio Carlos. **Uma perspectiva comunicacional da questão democrática – tópicos para o debate sobre políticas públicas de comunicação**. Artigo disponível em < <http://celacom.fclar.unesp.br/pdfs/4.pdf>> Acesso em: 05 de novembro de 2011

SCHWARZ, B. “**Conservatism, nationalism and imperialism**”. In Donald, J e Hall, S. (orgs.), *Politics and Ideology*. Milton Keynes: Open University Press, 1986).

STAM, Robert. **Da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo: Ática, 1992.

WEFFORT, Francisco C, organizador. **Os Clássicos da Política, 1**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2006.

WEFFORT, Francisco C, organizador. **Os Clássicos da Política, 2**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2006.

XAVIER, Luiz Gustavo V. **A política – e o domínio da cena – como vocação: uma comparação entre Primárias e Entreatos**. Disponível em:

<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_ipp-luiz.pdf>.
Acesso em 20 Jul 2010.

Anexo

O ELEITO

Oposição e guinada ao centro fazem Lula e PT vencerem a primeira eleição presidencial

da **Folha Online**

Após 22 anos de existência do partido, três derrotas e oito anos de oposição quase sistemática a Fernando Henrique Cardoso (com críticas ao modelo econômico e ao legado na área social), o ex-torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva, 57 (PT), chega à Presidência da República.

Lula venceu o economista José Serra, 60, candidato oficial, duas vezes ministro de FHC e uma das principais lideranças do PSDB. Segundo o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Lula obteve cerca de 53 milhões de votos - 61% dos votos válidos.

Folha Imagem



O petista chega ao cargo mais conservador, com inflexão ao centro e sem assustar a direita do país -com quem até se associou para atingir a vitória. O petista eleito no dia do seu aniversário assume o poder se dizendo disposto a firmar um pacto social com todos os setores da sociedade para resolver a crise pela qual o país atravessa.

Sinal da aproximação e do bom trânsito do PT com setores conservadores foi a escolha do empresário José Alencar Gomes da Silva, 71, a vice na chapa. Político mineiro do PL, o senador será um dos interlocutores do novo governo com setores empresariais e conservadores do "establishment".

Lula termina a campanha com o recorde do número de eleitores. É o primeiro líder de um partido de esquerda eleito presidente e, no cargo, o primeiro operário, o primeiro civil sem diploma universitário e o

primeiro natural de Pernambuco a exercê-lo como titular.

Em três meses de campanha, Lula visitou 93 cidades, fez 103 comícios, 63 carreatas, permaneceu um total de 147 horas dentro de aviões e percorreu 61.127 km pelo país.

Folha Imagem



Lula cochicha com Itamar Franco durante encontro que marcou a aliança

Foi a mais rica campanha presidencial petista. O custo final deve ultrapassar os R\$ 35 milhões. O partido pediu autorização ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para gastar até R\$ 48 milhões. A infra-estrutura petista contou inclusive com carro blindado, guarda-costas e jatinho.

Parte do dinheiro gasto foi destinado ao pagamento do marqueteiro Duda Mendonça. Também foram contratados estrelas do jornalismo, como Ricardo Kotscho, assessor de Lula, o cientista político André Singer, que atuou como porta-voz, o cineasta Paulo Caldas e outras 200 pessoas para a campanha.

Integrantes do PT [como o presidente do partido, José Dirceu, o prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antônio Palocci, e o deputado federal e recém-eleito senador Aloizio Mercadante (SP)] também tiveram papel fundamental na eleição de Lula.

A vitória representa mudança do diálogo com setores antes refratários e combatidos pelo PT. Desde 1989, quando perdeu sua primeira eleição presidencial para Fernando Collor de Mello, o discurso, as propostas e, talvez, principalmente, a imagem do candidato e do partido vêm se tornando menos radical e mais próxima de setores mais ao centro.

Em um comício em Rio Branco, no dia 22 de agosto, o candidato do PT que acompanhava ao largo os violentos embates entre seus adversários, disse: "Lulinha não quer briga. Lulinha quer paz e amor". Estava criado o mote de sua campanha à vitória. Estava sintetizado o discurso político da conciliação, do entendimento e da negociação.

A guinada ao centro rendeu adesões à candidatura dos ex-presidentes José Sarney (PMDB-AP) e Itamar Franco (sem partido), do ex-governador Orestes Quércia (PMDB), dos empresários Eugênio Staub (Gradiente) e Josmar Avelino (ex-presidente da Klabin) e a declaração do ex-ministro do regime militar Delfim Netto (PPB-SP) de que o PT faria um governo social-democrata "de verdade".

Marketing vermelho

Tendo o segundo maior tempo de TV à disposição no primeiro turno (5min19s por bloco, ou 21,2% do total, atrás apenas do tucano José Serra, com 10min18s), Duda Mendonça trabalhou desde o começo do horário eleitoral gratuito (20 de agosto) para reduzir o índice de rejeição a Lula [historicamente maior entre as mulheres e os mais velhos].

Para isto, o marqueteiro criou as chamadas "pílulas", inserções nas quais falava diretamente a esses setores, e deu tom emocional aos programas.

Foi Duda o principal responsável pela linha de comportamento adotada por Lula durante a campanha. O petista evitou entrar em embate com seus adversários e procurou não abordar diretamente temas polêmicos, que pudessem lhe tirar votos.

Ao mesmo tempo, o petista contou com uma equipe de articuladores que costurou apoios antes considerados inimagináveis. Primeiro silenciou a ala mais

radical do partido. Depois, fez visitas à Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), à Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), à Fierj (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) e à Escola Superior de Guerra. Em todos os encontros, recebeu elogios e aplausos.

As reuniões, aliadas à propaganda sob a assinatura de Duda, tentaram passar a imagem de um candidato negociador e estadista. O discurso também se uniu à tentativa: por mais de uma vez na campanha se ouviu o petista dizer que seria o "presidente das negociações", que faria uma reforma agrária sem mortes no campo, que era preciso estabelecer um novo contrato social no país.

Vencida a eleição, Lula terá a mais difícil tarefa em sua trajetória política: reunir uma base de apoio sólida no Congresso Nacional, capaz de votar reformas importantes para o Brasil, e que possa sustentá-lo diante da crise econômica e de credibilidade junto a setores do mercado, que se colocam à frente do país.

Fonte: Folha Online

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/presidente-o_eleito.shtml> Acesso em 06 de outubro de 2011